



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 074

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1299

TAQUIGRAFIA

ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS A SEDAM.

(Em 29 de abril de 2015)

Presidência do Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 15 horas e 14 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, boa tarde.

Esta Audiência Pública tem como objetivo debater assuntos relativos à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Lebrão, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, também proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, também proponente desta Audiência Pública; é também proponente o Deputado Jean Oliveira que dentro de instantes estará conosco aqui. Convidamos o Excelentíssimo Senhor Vilson Salles Machado, Secretário de Estado da SEDAM, o Excelentíssimo

Senhor Wagner Garcia, Secretário de Estado de Finanças e a Senhora Eunice Duarte, Engenheira Florestal.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater assuntos relativos à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, a SEDAM.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino *Céus de Rondônia*.

EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Cumprimentar todos aqueles que marcam aí as suas presenças aqui na galeria desta Casa, aqueles que também ocupam aqui o Plenário. Fazer uma saudação especial a Sua Excelência nosso Presidente, Deputado Maurão de Carvalho, da mesma forma os proponentes desta Audiência Pública, Deputado Laerte Gomes, Deputado Alex Redano, também o Deputado Jean Oliveira, os Deputados que estão aqui participando desta audiência da maior importância hoje para o setor produtivo madeireiro, os demais setores hoje que necessitam do trabalho feito pela Secretaria de Meio Ambiente. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Vilson Salles Machado, Secretário de Estado da SEDAM; Senhora Eunice Duarte, Engenheira Florestal, da mesma forma também o Secretário Adjunto, meu amigo Sales; cumprimentar a todos aqueles que representam aqui o setor madeireiro em nome do Laerte Queirós, que faz parte do setor; cumprimentar todos aqueles que vão participar e também fazer uma solicitação àqueles que farão as suas perguntas para que a gente possa respeitar aqui o prazo regimental que será de cinco minutos. E neste momento eu passo, mais uma vez, a palavra ao Lenilson para que possa fazer o trabalho de cerimônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só registrar as presenças dos Excelentíssimos Senhores

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: HERMÍNIO COELHO

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES
3º Secretário: LUIZINHO GOEBEL
4º Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - Carlos Alberto Martins Manvailer
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Deputados estaduais Aécio da TV, Ezequiel Júnior, Adelino Follador, Lazinho da Fetagro, Luizinho Goebel. Agradecer também a presença do Excelentíssimo Senhor Laerte Silva de Queiroz, Prefeito do Município de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor Francisco Salles, Secretário Adjunto da SEDAM; Tenente-Coronel PM Torres, Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental em Candeias do Jamari, que aqui está representando o Coronel PM Pretz, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia; Dr. Escarpatti, Advogado dos moradores da Gleba Jacundá; senhor Agenor Firmiano, Presidente da Cooperativa dos Produtores e Moradores da Reserva Maracatiara Machadinho e região; Antônio Rodrigues Cardoso da SEDAM; Joás dos Santos, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Nova Mamoré; Senhor Altamir Fachesatto, Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Nova Mamoré; senhores Engenheiros Florestais; Excelentíssimo senhor Cacildo Viana, Superintendente da CEPLAC; Excelentíssimo Senhor Vicente Moura, Ouvidor Geral do Estado; Excelentíssimo Senhor Vereador Gervaldo Ramos, Câmara Municipal de Alto Paraíso; Excelentíssimo Senhor Vereador César do Candeias, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Candeias do Jamari; Senhor Inaldo de Melo Gomes, Presidente do Sindicato dos Engenheiros - SENG. Mais uma vez, convidamos para compor a Mesa a senhora Wanda Bart, Presidente da AREF – Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais. Informar, de acordo com as orientações do Excelentíssimo Senhor Deputado Lebrão, na sequência, nós vamos ouvir agora os Deputados proponentes desta Audiência Pública, logo após o Secretário da SEDAM e a palavra estará aberta às senhoras e senhores para que possam fazer indagações, tanto aos Deputados, caso queiram, como ao Secretário da SEDAM, caso queiram fazer uma informação com maior tempo. Nós vamos dar um prazo de 05 minutos, por favor, quem for fazer uso da palavra levante o braço para que o pessoal do Cerimonial possa registrar. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Requerimento recebido.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só antes pedir permissão para cumprimentar e saudar o ex-Deputado Estadual Dedé de Melo, que se faz presente aqui nesta Casa.

Requerimento nº 72/15, autores: Deputados Alex Redano, Deputado Lebrão, Deputado Laerte Gomes, Deputado Jean de Oliveira. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública inicialmente marcada para o dia 22 de abril de 2015, que foi remarcada através do Requerimento 074/15 para a data de hoje, 29.04.2015, às 15 horas, com o objetivo de debater assuntos relativos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, Secretário. Mais uma vez, eu quero destacar que esta Audiência Pública ela está sendo realizada para que a gente possa aqui tirar todas as dúvidas que temos a respeito da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e para que a gente possa otimizar ainda mais o trabalho que está sendo feito por essa Secretaria, cobrar mais velocidade também a todos aqueles que estão aí com os seus nomes inscritos, aí vão ser bastante objetivos para que a gente

possa tirar o maior proveito desta audiência. Lembrar também que no primeiro mandato do Governador Confúcio Moura nós realizamos também, Deputado Maurão, Vossa Excelência participou daquela grande audiência. Essa mesma audiência feita na Secretaria e que foi muito produtiva e que nós tivemos aí quatro anos muito prósperos, atendendo aí todas as necessidades daqueles que precisam da Secretaria de Meio Ambiente para dar desenvolvimento ao Estado de Rondônia.

Neste momento, eu quero passar a palavra ao nosso Secretário Coronel Vilson para que ele possa fazer as suas explanações a respeito do trabalho que já foi realizado à frente da SEDAM e logo em seguida nós abriremos os nossos trabalhos com as nossas perguntas, com todas as nossas indagações.

Por questão de ordem, cedo a palavra ao Deputado Maurão de Carvalho. Nós gostaríamos também de convidar, nós não ouvimos aqui a Presidente do Sindicato dos Madeireiros, se estiver presente, que faça parte da Mesa também aqui, tem um assento aqui à sua disposição, ou o representante.

Então, gostaria de convidar o Prefeito de Nova Mamoré, o Laerte Silva de Queiroz, para que possa falar em nome do setor produtivo madeireiro. Cumprimentar também todos os assentados do assentamento Jequitibá, que também fazem reivindicações em cima aí no caso do cadastramento rural.

Registrar a presença também da Vereadora Débora, presente aqui.

Todos os componentes da Mesa aqui relacionados.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Neste interím queremos também registrar a presença do Prefeito Ranieri Luiz *Fabris*, Prefeito do município de Alvorada D'Oeste

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Coronel Vilson, está franqueada a palavra a V.Exª e também a apresentação do trabalho executado pela SEDAM nesse início de mandato.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Uma boa tarde a todos. Queremos neste momento agradecer o convite da Assembleia Legislativa, por meio dos Deputados. Queremos aqui então nomear o nosso agradecimento, uma boa tarde ao Deputado Maurão, Presidente, ao Deputado Lebrão, ao Deputado Laerte Gomes, ao Deputado Alex Redano, à senhora Wanda Bart – Presidente da AREF, à senhora Eunice Duarte – Engenheira Florestal; queremos também cumprimentar o Deputado Aécio da TV; Deputado Adelino Follador; Deputado Luizinho Goebel; Deputado Lazinho da Fetagro; Deputado Ezequiel Júnior, no caso todos os nossos Deputados presentes; mais o Secretário Adjunto, Secretário Salles, que está conosco; o Tenente Coronel Torres, Comandante da Polícia Ambiental, que neste momento representa o Comando Geral da Corporação.

Bom, antes de procedermos à apresentação da SEDAM, conforme falamos, nós sempre falamos em todos os eventos, situações em que somos chamados, que a SEDAM ela é uma Secretaria eminentemente técnica, não tem como não ser uma Secretaria técnica e neste momento, eu, como Secretário, também em nome do Secretário Salles, queremos agradecer todos os técnicos da SEDAM que estão presentes. Alguém poderá questionar por que o Secretário leva um corpo técnico tão grande em cada audiência? É em razão da complexidade

dos atos da Secretaria, a nossa função como gestor da pasta é fazermos uma palavra para que todos compreendam, é fazer com que a Secretaria, o órgão funcione e para que o órgão possa funcionar ele precisa ter um corpo técnico que desempenhe os seus trabalhos de maneira tranquila, digamos assim. Então, essa a nossa preocupação, mas todas as nossas decisões são com base técnica e jurídica e também queremos agradecer aqui a Procuradoria Geral do Estado, estamos aqui com o Dr. Mateus, que neste ato é o Procurador hoje que está à disposição da SEDAM, mas estender em nome do Dr. Mateus o agradecimento ao Dr. Juracir, que é o nosso Procurador Geral.

Então, nós vamos proceder algumas explicações sobre algumas ações da SEDAM e depois, logicamente, estaremos abertos aos questionamentos e algumas perguntas que de repente não seja possível responder no momento elas serão anotadas e depois nós vamos proceder a resposta através do órgão, ou do Sindicato, ou da Associação, ou da própria Assembleia. Bom, vamos então mostrar um pouco do trabalho da SEDAM.

Bom, só para os senhores terem uma noção, esses foram os licenciamentos no ano de 2015. Então, nós tivemos, foram 808 empreendimentos licenciados este ano até a presente data. Então, ali nós temos serrarias com desdobramento de madeira, comércio varejista de combustível, extração de recursos minerais, piscicultura, empreendimentos para Prefeituras, DER e outros e também depósito de madeira. Então, este ano foram 808. Foram realizados até o primeiro quadrimestre 483 notificações de pendências aos empreendedores. Bom, em que consiste essa informação? Como os senhores puderam observar, nós tivemos 808 empreendimentos licenciados, porém foram protocolados na SEDAM mais de 1.200 pedidos, processos; desses 1.200, 808 foram licenciados porque as documentações estavam todas ok.

Quero aproveitar e agradecer o nosso Deputado Ribamar Araújo, não tinha citado o seu nome, desculpe. E tivemos 483 que os empreendimentos ainda não foram liberados os licenciamentos porque encontram com pendências. Então, são aqueles empreendimentos protocolados na SEDAM e que após a análise técnica da Secretaria, a Secretaria notifica os técnicos dos empreendimentos para que procedam as devidas correções. Então, esses estão pendentes, estão aguardando algum documento, enfim, a ser apresentado pelo técnico.

Sobre licenciamento ambiental, nossa estimativa para o trâmite de emissões de licença, caso não haja pendências, então nós queremos esclarecer, normalmente a pessoa, os empreendedores ou os técnicos protocolam o pedido de licenciamento; se o licenciamento não tiver nenhuma pendência documental, nós estamos emitindo, entre 45 e 55 dias, procedendo toda análise e com a vistoria *in loco* para liberação das licenças e também nós estamos chamando de SEDAM *online* que já está em fase de pré-operação, esse é um trabalho, aproveitar falar aos senhores Deputados e aos demais, é um trabalho que está sendo realizado pela TI da SEDAM a custo zero para o Estado. Lembrando, nós temos um corpo técnico um pouco pequeno, mesmo assim os nossos técnicos estão trabalhando na SEDAM *online*. Então, hoje a Coordenadoria de Licenciamento já está *online* para tramitação interna de pré-operação. Então, se quiser alguma informação a respeito de

algum processo, lança o nome do processo no site e consegue verificar como é que está o andamento. Isso aqui já está implantado. Nós trabalhamos, o Governo do Estado, a nossa preocupação, senhores Deputados e demais presentes, a nossa filosofia de trabalho é para que o Estado seja um Estado facilitador. Para que o Estado seja um facilitador, além, do corpo técnico estar muito bem preparado para o seu mister, também nós dependemos de legislação. Então, aproveitando o ensejo que estamos aqui nesta Casa de Leis, deverá aportar aqui na Assembleia nos próximos meses ou no próximo mês em torno de 05 Projetos de Leis sobre meio ambiente. Nós queremos ver o usuário como contribuinte e não como cliente, ele paga o imposto, paga a sua taxa, é um direito do cidadão, do detentor, do técnico ter o seu pedido atendido dentro de uma celeridade razoável. Estamos em parceria com o CREA com vista a firmarmos um convênio. É uma preocupação do CREA ter o controle dos técnicos que trabalham na SEDAM, bem como também dos técnicos que apresentam, que são responsáveis técnicos em empreendimentos. Somente esclarecendo, nós temos, isso aqui é sabido, o Governador do Estado, em 2012, salvo engano, ele solicitou uma investigação na Secretaria, só para comunicar aos senhores que o Governo do Estado, na pessoa do próprio Governador, tem uma preocupação muito grande na transparência das ações, não somente da SEDAM, estamos falando da SEDAM porque é o assunto aqui. Param aqui também aqueles técnicos que têm contribuído para má gestão florestal no Estado, para que nós possamos informar para o CREA, não obstante Polícia Civil, Polícia Federal ter essa informação, o CREA também quer informação para providências administrativas.

Estamos também em parceria com CPRM, em parceria com Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, que no mês de maio nós teremos uma reunião com o corpo técnico daquela universidade para trabalharmos no Sistema de Informação de Gestão Ambiental. Resumindo, é a SEDAM *online*. Hoje a SEDAM *online* que nós estamos falando é este *online* para facilitar, dar celeridade, também dar transparência à Secretaria, vai nos ajudar a dar transparência. Essa parceria com a universidade é um projeto a médio prazo, não vou dizer a curto prazo, que envolve dinheiro, é para que toda a SEDAM fique *online*, não vai haver necessidade do empreendedor ou do técnico ir na Secretaria, poderá resolver tudo *online*, só que este é uma parceria com a Universidade.

Então, só para esclarecer que são duas situações, a SEDAM *online* que estamos desenvolvendo hoje é para dar celeridade e transparência em algumas ações, esta parceria será toda SEDAM, de Vilhena a Guajará-Mirim estaremos *online*.

No licenciamento ambiental, algumas dificuldades que nós já constatamos nesses cinco meses de SEDAM. Muitos processos não são protocolados todos os documentos necessários para um determinado licenciamento, logicamente de acordo com a tipologia do empreendimento, o que dificulta a análise dos projetos apresentados ou então esses processos não possuem informações suficientes que possam subsidiar a análise, ok?

Bom, a SEDAM nós já estamos fazendo a nossa parte. Qual é? Nós estamos elaborando um *checklist* para cada empreendimento, e esse *checklist* estará disponível no site da SEDAM, já se encontra no site da SEDAM, estou aqui com os

técnicos, então esse *checklist* já se encontra. Essa foi uma das preocupações nossas para que o empreendedor ou o técnico, enfim, quem quer que seja, mesmo que não seja empresário, qualquer pessoa, *“olha, eu gostaria de abrir um empreendimento no setor madeireiro, o que eu preciso? Quais documentos?”* Então, se você entrar no site da SEDAM já tem o *checklist*.

Então, só esclarecendo aos senhores, a demanda é muito grande da Secretaria, mas nós já estamos adotando procedimentos desde do mês de dezembro, desde a nossa chegada com o corpo técnico da SEDAM. Também documentos protocolados que não fazem alusão ao número do processo a ser anexado, isto gera um transtorno muito grande, ficando documento parado, voltando para o escritório regional, por quê?

Muitas vezes nós não estamos procurando culpado, às vezes ou é o técnico da Secretaria ou é técnico do empreendimento que coloca um outro número do processo.

Só para os senhores terem uma noção no que se refere a processo de licenciamento ambiental, nós temos mais de dezesseis mil empreendimentos licenciados pela SEDAM no Estado. Então, nessa parceria com a Universidade de Lavras está também incluída a digitalização dos processos. Então, todos os processos estarão digitais, é um trabalho, nós temos que começar e é um trabalho que vai demorar um pouco, mas a Secretaria, só para os senhores terem uma noção, ela foi criada em 1991, essa é a preocupação do Governo do Estado em digitalizar e adotar e regulamentar, digamos assim, todos os procedimentos técnicos da Secretaria.

Bom, sobre a migração do SIMLAM/SICAR, nós já estamos com o cronograma definido, já vou mostrar na outra lâmina, e também viabilizando o convênio com a Universidade Federal de Lavras, a UFLA, para a customização do SICAR, é só para conhecimento aos senhores, principalmente aos senhores Deputados que são os nossos fiscalizadores, bem como qualquer cidadão.

Então, aqui está o cadastro ambiental rural e este é o cronograma, ok? Então, nós temos as datas, disponibilização do módulo do cadastro para a SEDAM, 15 de maio, 15 de abril, homologação do módulo, então nós vamos deixar essa lâmina aqui à disposição dos senhores, aqui está o cronograma do CAR. Lembrando, Rondônia, nós não estamos, em que pese algumas críticas ao órgão, e os senhores estão certos, quando se percebe que o Poder Público não está atendendo a expectativa do cidadão é um direito dele utilizar os meios para reclamar.

Mas nós não estamos diferentes de outros Estados, estamos aí em torno de 32% já migrados, temos aí praticamente cinquenta e quatro mil cadastros ambientais na nossa base, em torno de 30% que já ocorreu a migração. Temos Estados como o Rio Grande do Sul praticamente com 1%, Paraná ou São Paulo com 5%, então é só para comunicar aos senhores que o nosso corpo técnico, isso é uma política do Governo, já vem da gestão da Secretária Nanci e nós estamos dando continuidade.

Tivemos um probleminha na migração, não foi somente a SEDAM, foi por questões de compatibilização com o SIMLAM com o SICAR. Cinquenta e três mil cadastros na base estadual esperando a migração para o SICAR. Então, senhores usuários, estará no site da SEDAM, conforme já anunciado, esta Secretaria estará efetivando a migração do CAR, do sistema SIMLAM para o SICAR. Estamos divulgando abaixo o novo calendário que nós já apresentamos aos senhores. No dia 9 do

05 haverá o fechamento do SIMLAM para inscrição do CAR.

Lembrando que esse fechamento os senhores poderão continuar fazendo o CAR, a diferença que os senhores obterão resposta após a migração. O módulo ficará no dia 1º do 05, a liberação do módulo *offline*, porém o envio será somente dia 27. Então os senhores poderão continuar realizando o CAR, nós não vamos parar de receber o CAR, a diferença é que somente será liberado dia 27, e no dia 27 de maio, praticamente daqui a um mês, haverá então a abertura da inscrição no SICAR. Então essas são informações da Universidade Federal de Lavras com aquiescência do Ministério do Meio Ambiente.

O importante, até um aviso para todos os senhores do setor produtivo, todos os proprietários que já se inscreveram no CAR pelo SIMLAM e que não foram notificados ou tiveram os seus projetos rejeitados terão o CAR migrado automaticamente. Então podem ficar tranquilos, e não deverão fazer nova inscrição no SICAR, pois se o fizerem o projeto ficará sobreposto e causará pendência. Então, não se preocupem, todos aqueles que já fizeram o CAR a migração será automática para o sistema federal.

Bom, aqui nós temos algumas dificuldades na homologação do CAR, então é bom que os senhores tomem conhecimento. Um exemplo: a pessoa ela faz a declaração do CAR, aí comunica o proprietário que já entregou na SEDAM, porém o que nós temos constatado na Secretaria? Projeto digital sem documento de posse ou propriedade e documentação pessoal. Então, os senhores estão vendo aqui, isso aqui são fatos que nós temos na Secretaria, logicamente estamos omitindo nomes dos técnicos que estão fazendo, isto tem dificultado a homologação do CAR. Projeto digital, documentação pessoal e reserva legal inferior a 50%, é outro problema que nós estamos constatando na Secretaria e neste caso não tem como homologar o CAR. O quê que a Secretaria faz? Ela notifica o técnico e muitas vezes o técnico não informa a Secretaria novamente, o técnico diz que fez o CAR, o CAR com uma série de pendências, e muitas vezes as pessoas, alguns cidadãos pensam que a culpa está na SEDAM, mas não. Cabe à SEDAM analisar e homologar o CAR. Para que a SEDAM possa homologar tem que ter todas as informações necessárias. No caso aqui, isso aqui são vários exemplos que nós tiramos da SEDAM, reserva legal inferior a 50% não tem como homologar, sobreposição de áreas, documentos sem constar nenhum arquivo, arquivo zero. Então, esse aqui foi um cara que foi encaminhado para a SEDAM e a SEDAM não homologou, muitas vezes o proprietário acha que a culpa está na Secretaria, às vezes a culpa está no técnico que foi notificado pela SEDAM e não retornou com as informações mínimas para que a gente possa proceder à homologação.

Outro exemplo, o CAR, estão vendo ali, pasta vazia, então esses procedimentos de algumas pessoas é que têm dificultado para a SEDAM que não tem como homologar, mas principalmente para os agricultores, enfim, para qualquer empreendedor que precisa do CAR por exigência de lei para obter qualquer tipo de licenciamento, só que a SEDAM, os senhores estão vendo, não tem como proceder uma homologação no CAR que não consta nada como esse exemplo aí.

Bom, vamos falar agora sobre planos de manejo, reanálises de processos. Bom, lembrando os senhores, apenas

os processos não homologados retornaram para reanálise, pois não possuíam matrícula averbada, CAR e outras pendências.

Esclarecendo aos senhores, até hoje de manhã tivemos uma comissão lá do PAF Jequitibá, nós já tivemos uma conversa nesse sentido, aqueles processos que já foram homologados eles estão sendo liberados, a SEDAM não está reanalisando processo que já foi homologado, o processo homologado já foi, nós não estamos, vou usar uma expressão aqui, pegando processo que já foi homologado, isso aqui a SEDAM não está fazendo, nós não temos corpo técnico para isso e também não é atribuição nossa proceder esse tipo de investigação, foi homologado a gente libera, ok? Agora, aqueles que estavam em tramitação, aí logicamente os grandes problemas são: matrícula averbada, não possuem a matrícula averbada, o Cadastro Ambiental Rural, e outras pendências. Por isso que nós trouxemos o corpo técnico que eles poderão de repente esclarecer alguma pergunta pontual aos senhores. Reanálise feita por equipe técnica da SEDAM, eu vou ler aqui e depois eu explico. Ao reanalisar o processo, a administração pública reforça ainda mais a segurança e zelo que deve ser mantido em se tratando de matéria de licenciamento ambiental. O intuito não é fiscalizar o parecer do outro técnico e sim analisar se os processos possuem pendências.

Então, senhores, isso é normal na administração quando um técnico procede à análise do processo é bom, é prudente que outro técnico proceda à análise. Vou só citar um exemplo, um exemplo que ocorre, por exemplo, perícias, perícia judicial ou perícia criminal, ela é sempre procedida com no mínimo dois técnicos, porque um técnico pode cometer um equívoco e o outro está ali para sanar, e até mesmo que a administração pública pode rever o ato que ela fez a qualquer momento. Tem um princípio chamado *Princípio da Autotutela da Administração* que permite à administração rever o seu ato a qualquer momento, desde que, logicamente, o ato tenha algum vício, seja eivado de vícios.

Procedimentos e cobranças: Os quesitos solicitados pelos técnicos da SEDAM são baseados em regulamentos, leis, portarias e decretos, ok, e os processos apresentam andamento normal. Aí nós podemos solicitar de repente uma visita de um Parlamentar na SEDAM para verificar como é a tramitação do processo. O nosso trabalho nós estamos seguindo a orientação do nosso Governador, que é celeridade com simplificação e transparência, então o nosso trabalho é nesse sentido. Se tem alguma coisa errada, algum equívoco na Secretaria, nós estamos abertos a sugestões. Somente esclarecendo, nós já tivemos duas reuniões com a FIERO para colher opiniões do setor produtivo, nós já anotamos muitas sugestões e essas sugestões vão servir para otimizar e incrementar as ações da Secretaria, inclusive já temos pré-agendada uma reunião com a FIERO, porque a FIERO representa todo setor produtivo, já para o mês de julho, estamos somente para definir se será em Espigão D'Oeste ou Ji-Paraná. Só para esclarecer como é que nós estamos caminhando na SEDAM.

Modernização do setor sobre planos de manejo: Então, o que nós vamos falar aqui, a implantação é de no máximo em trinta dias, esse é um trabalho que vem sendo realizado desde o mês de dezembro. É que demoram por questões técnicas e de pessoal, pouca gente. Então, temos relação *online* das AUTEX com consulta por CEPROF, número da AUTEX, detentor,

responsável técnico por município e por plano. Então, nós teremos um raio-X, digamos assim, sobre as AUTEX no Estado, eu diria até menos de trinta dias já está praticamente pronta a implantação, estamos considerando o prazo máximo em trinta dias.

Mapa das AUTEX por detentor, por responsável técnico, por município e por ano. Também estamos criando aqui rotinas e correção de nome científico das espécies das AUTEX.

Nós temos um outro problema, Srs. Deputados e todos os senhores que estão presentes, muitos nomes científicos de essências estão errados, isso dificulta muito o trabalho da SEDAM.

Constatamos mais de setecentos erros, nomes errados, então às vezes um equívoco do técnico coloca o nome errado e ele pode pensar: '*não, o Y e o I tem a mesma pronúncia, de repente é a mesma coisa*'. Não, ele troca o Y pelo I, enfim, isso já gera um problema na implantação do sistema *online*, então nós já solicitamos, não é, só para comunicar aos senhores, estamos criando rotina. Rotina de validação de coordenadas, CPF do detentor, dentre outros, rotina para o profissional, para o responsável técnico da AUTEX, geração eletrônica e envio para a SEDAM.

Então, os senhores estão percebendo que nós estamos deixando *online* para que fique mais transparente ainda as informações da Secretaria. Isso aqui para acesso de qualquer pessoa. Sobre o plano de manejo, estamos trabalhando, já estivemos enviando o retorno da Câmara Técnica da gestão florestal.

Bem, todas as decisões na Secretaria são tomadas em conjunto, de forma estritamente técnica e envolve comissões multidisciplinares. Ok? Então, esse é o nosso estilo de trabalho, conforme nós falamos no início, e essa é a razão pela qual estão conosco aqui vários técnicos de todas as áreas da SEDAM, exceto mineração, que não estava na pauta. A Portaria da Câmara Técnica de Gestão Florestal, ela já está sendo reanalisada. Então, nós precisamos também de um suporte legislativo para tomada de decisão. Então tinha algumas legislações equivocadas e nós estamos corrigindo para que possamos engrenar de vez a gestão ambiental no Estado.

Posse de Plano de Manejo está em andamento com o setor jurídico, a elaboração de um *checklist* que vai balizar todas as situações de posse. Quando fala o setor jurídico, entendam os senhores, Procuradoria Geral do Estado, que as ações nossas aqui da Secretaria, em que pese nós estarmos aqui à frente, são ações do Estado. Nós estamos falando em nome do Estado, logicamente na pasta ambiental.

Vamos aproveitar aqui e agradecer a presença do Deputado Ribamar e também do Deputado Jesuíno que acabou de chegar aqui, e o Deputado Jean Oliveira. Desculpe, Deputado, é que é o Deputado Cleiton Roque.

Bom, estamos trabalhando também em um mutirão de vistorias. Estamos trabalhando, já está pronto praticamente o Termo de Responsabilidade de manutenção de florestas manejadas. É a Portaria 12, que já está pronta, mas tendo qualquer dúvida nós temos aqui nosso Procurador, também temos o Pereira aqui do Jurídico, e de repente até outro técnico poderá prestar alguns esclarecimentos, mas já está pronta essa Portaria, está inclusive no site da SEDAM.

PAF Jequitibá. Será marcada, isso aqui, senhores Deputados, é fruto de uma reunião que nós tivemos hoje de manhã lá na SEDAM com representantes do PAF Jequitibá, que acreditamos que a grande maioria está aqui presente. Então, será marcada para a próxima reunião, para a próxima semana, desculpe, uma reunião com o INCRA, IBAMA, Ministérios Públicos Estadual e Federal para a deliberação a respeito do PAF Jequitibá.

Nós tivemos hoje de manhã, senhores Deputados, em torno de umas duas, três horas de reunião e já saímos com essa deliberação, com esse encaminhamento que o Estado de Rondônia, isso eu posso garantir aos senhores, nós como Estado temos uma grande preocupação para que seja resolvido o problema do PAF Jequitibá. Assim como outros problemas também, porque a demanda negativa, enfim, ela fica para o Estado resolver.

Conforme muito bem falou o senhor Jânio hoje de manhã e outros técnicos, nós temos plena consciência.

Nós, o Estado, queremos resolver de maneira técnica e jurídica que é bom para o Estado e é bom para os senhores que estão lá no PAF Jequitibá. Fiquem tranqüilos que é uma preocupação nossa, e nós vamos buscar, sim, uma solução que atenda os anseios do Poder Público e também dos senhores.

E aqui eu quero aproveitar e convidar também a AREF, eu sei que já fizeram vários pedidos na SEDAM, nós não atendemos não é porque a gente não queira atender, porque nós antes de chamarmos a AREF temos que adotar alguns procedimentos que são internos na Secretaria. Não que sejam procedimentos de caráter reservado, não, muito pelo contrário, todas as ações que nós estamos realizando elas são e serão todas transparentes, estamos caminhando para isso. A AREF, representantes da AREF para debatermos os Técnicos *online*.

Então, isso aqui está dentro da nossa política de trabalho, aqui é o nosso discurso na FIERO e o discurso em outras localidades que nós vamos aqui no Estado com o setor produtivo, nós queremos que todos trabalhem de maneira legal, se todo mundo estiver trabalhando de maneira legal, o técnico fica tranqüilo para proceder ao seu trabalho, os senhores terão garantia jurídica de que ninguém vai mexer com os senhores, seja a SEDAM, seja o IBAMA, seja o INCRA, é uma preocupação do Governo do Estado para que se resolva os problemas e que os senhores possam produzir, possam investir sem aquela preocupação de amanhã ou depois sofrer algum tipo de sanção que venha perder todo esse empreendimento. Não. É uma preocupação nossa, por isso que muitas vezes chegam à demanda na Secretaria, a gente não procede a resposta de imediato, sabemos da agonia dos senhores, os senhores às vezes querem que a resposta seja de imediato, concordo plenamente com os senhores, porém, em razão da complexidade, que nem hoje de manhã, os senhores perceberam, hoje de manhã não tinha como a SEDAM proceder a uma resposta sem ouvir o INCRA, o IBAMA e os Ministérios Públicos Federal e Estadual. Então, nós não podemos, temos que discutir com eles para depois, então, chamarmos os senhores para procedermos, para que a gente possa fazer essa tratativa.

Bem, senhores Deputados, o que nós tínhamos a falar aos senhores, apresentar as ações da Secretaria, tem mais ações na área de minerações, mas de acordo com a pauta, mais ou menos a que foi nos apresentada, era isso aqui que

nós tínhamos, Deputado, a apresentar aos senhores. Estamos abertos a perguntas, sugestões, enfim.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Só encaminhar e agradecer as palavras do Coronel Vilson. E nós vamos, Coronel Vilson, passar aqui a palavra aos representantes de classe aqui.

Gostaria que Vossa Excelência anotasse e no final V. Ex^a pudesse responder as perguntas que forem feitas para a gente esclarecer todas as dúvidas. Mais uma vez, eu quero registrar aqui a presença do Deputado Jean Oliveira, do Deputado Ribamar Araújo, do Deputado Cleiton Roque, do Deputado Lazineiro da Fetagro, do Deputado Luizinho Goebel e também do Prefeito Ranieri, do Deputado Aécio da TV, do Deputado Maurão, do Deputado Adelino Follador, do Deputado Laerte Gomes, do Deputado Ezequiel Junior, do Deputado Jesuíno Boabaid, do Deputado Lebrão que preside neste momento esta Audiência Pública. Registrar a presença também do Procurador do Estado, Doutor Vicente Moura. E passar a palavra ao Mestre de Cerimônias para que faça alguns registros.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente. Eu queria registrar a presença também do Presidente do Sindicato dos Engenheiros, engenheiro florestal Inaldo de Melo, que está representando o Sindicato dos Engenheiros, e cumprimentar a todos os amigos do município de Candeias do Jamari, mais em especial aqueles que compartilham das dificuldades que foi a criação do PAF do Jequitibá, aqueles que vivem na linha 45, meus amigos. Eu sou conhecedor da realidade do PAF Jequitibá. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar também a presença do Exm^o. Sr. Josemar Beatto, Prefeito Municipal de Colorado do Oeste; Excelentíssimos Srs. Vereadores, Hélio Arruda, Vice-Presidente; Valceni Doré, Loremar Kalke, Gilvan Soares Barata, Câmara Municipal de Cujubim; Sr. Vanderlei dos Santos, Presidente da Cooperativa dos Extrativistas do Município de Guajará-Mirim – COOPUIDANOVA; Exm^o. Sr. Vereador Divino Soares, da Câmara Municipal de Colorado D'Oeste; Sr. Valdemir Ferreira, Presidente da Organização dos Seringueiros do Estado de Rondônia; Sr. Jânio Plaster, Presidente da Associação dos Produtores Rurais PAF Jequitibá; Senhores Allen Cleiton, Vinicius Andreolli, representantes da Visão Rural, Projetos e Assessoria do Estado de Rondônia; Exm^o. Sr. Mateus Carvalho Dantas, Procurador do Estado de Rondônia; Sr. Pedro Américo, Presidente da Associação Agroflorestal da LP-45, Candeias do Jamari; Exm^o. Sr. Marcão, Prefeito Municipal de Alto Paraíso; Sr. Rodrigo, Secretário Municipal de Cujubim; Sr. Robson Damasceno, Diretor Executivo da SEDAM; Exm^a. Sra. Débora Pereira, Vereadora da Câmara Municipal de Alvorada D'Oeste; Exm^o. Sr. Vereador Maurício Dibas, Câmara Municipal de Guajará-Mirim; Sr. Jorge Douglas Meira, Presidente da Cooperativa Agroflorestal de Candeias do Jamari; Acadêmicos do Curso de Engenharia Florestal da FARO; Srs. Técnicos da SEDAM.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado Lenilson. Vamos iniciar então agora as falas, vamos passar a palavra a Sra. Wanda Bart, Presidente da AREF – Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais.

A SRA. WANDA BART – Boa tarde, senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho, em nome de quem quero agradecer a todos os Deputados presentes aqui nesta Audiência Pública; caros colegas engenheiros, autoridades presentes e os demais participantes. Pessoal também que está dando apoio aqui do PAF Jequitibá.

A AREF é uma entidade da sociedade civil organizada e foi fundada no ano de 82, hoje com aproximadamente registrado no CREA temos 650 engenheiros, sendo desses 357 associados a AREF que tem por finalidade defender o interesse e direito dos Associados. Então, estamos preocupados com o setor florestal, principalmente porque nos últimos anos vem enfrentando dificuldades, ainda mais que iniciamos o ano em que o Brasil está sob uma instabilidade econômica e os reflexos disso já começaram a aparecer com dados que nos primeiros meses do ano o número de desempregados na construção civil é de aproximadamente sete mil pessoas. O Governo Federal já restringiu o financiamento para imóveis e aumentou a taxa de juros limitando a utilização de produtos e subprodutos da madeira.

Alguns profissionais que militam na área florestal vêm procurando a AREF para ajudar a desenvolver boas diretrizes de trabalho tanto para os autônomos quanto para os servidores públicos, sugerindo novas alternativas e atuação profissional do setor florestal. O setor florestal é um dos mais importantes contribuintes no que tange a arrecadação de tributos para o Estado, em razão disto propomos trabalhar em conjunto com as atividades industriais contribuindo para que haja crescimento e desenvolvimento na economia do Estado, conforme preconiza a legislação vigente sem descuidar da conservação ambiental.

É de total interesse da classe a solução dos problemas que geram conflitos entre órgãos ambientais e setor produtivo, partindo do princípio de que o homem é digno do suor do seu trabalho, a classe autônoma do Estado depende diretamente do bom andamento dos processos, uma vez que com a liberação desses é que irão se sustentar e promover uma vida digna às suas famílias. Sabemos que a morosidade dos processos se dá em virtude de uma grande demanda para a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, a SEDAM, que não dispõe de equipamentos e nem material humano para atender grande demanda.

Então, esperamos que com esta Audiência venha contribuir para o bom andamento do segmento florestal, mas também com economia do Estado e sociedade civil, estamos à disposição para colaborar com os órgãos competentes com o intuito único de acabar com os entraves que estão ocorrendo, consequentemente potencializar a economia florestal de Rondônia. O meu muito obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradecer as palavras da Sra. Wanda e passo a palavra neste momento para o Sr. Hamilton, falando também em nome dos Engenheiros Florestais.

O SR. HAMILTON SANTIAGO – Boa tarde a todos os presentes.

Quero aqui agradecer, em nome da AREF, ao Exmº. Sr. Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa de Leis, o qual nos recebeu com muita demanda, com muita alegria, uma entidade preocupada com o setor que abrange todo o Estado de Rondônia, tanto é que nós vemos aqui um auditório lotado, pessoas de todas as partes do Estado, do Norte a Sul do Estado, todos preocupados com esse setor que é muito importante para a sociedade. Baseado nesse princípio, nós colocamos aqui uma pequena apresentação, muito rápida, muito sucinta, da AREF e sua responsabilidade social perante a nossa sociedade.

Então, como a nossa Presidente falou, a AREF é uma organização que hoje tem a sua característica de OCIP, poucas Associações têm essa característica. Quando a Secretaria de Meio Ambiente do Estado foi criada, em 1991, a AREF já há 09 anos atuava no setor florestal de Rondônia junto com o IEF, o antigo órgão de meio ambiente do Estado. Isso com um quadro, hoje, atuando diretamente com 350 pessoas vinculadas a essa problemática ambiental, preocupada não só com a questão florestal, mas com a questão ambiental como um todo, porque à medida que o meio ambiente florestal é transversal em todas as atividades produtivas do Estado, ele é afetado diretamente.

Afetado diretamente por quê? Porque nós temos hoje um órgão necessitando de todo o apoio. O apoio da Assembleia Legislativa, o apoio financeiro para reestruturar todo aquele órgão. Eu vou falar para vocês, ontem de manhã eu levei um empreendedor de outro Estado que veio aqui à SEDAM para ser recebido por um processo que ele precisava tramitar. Ele falou: *“Esse aqui, isso aqui é a Secretaria de Meio Ambiente de vocês?”* Eu falei: *“- Infelizmente, é a nossa Secretaria.* Então nós temos uma preocupação muito grande, tanto é que nós conseguimos convencer o Deputado Maurão de Carvalho, que é muito sensível a essa causa, de braços abertos, ele falou: *“- Não, nós vamos fazer uma audiência Pública, nós vamos convocar o Secretário. Nós vamos convocar o Secretário não para o embate, não para demonstrar o nosso posicionamento se está correto ou não, mas pela preocupação de mudar esse cenário”.* Nós não podemos chegar daqui a cinco anos e fazer uma Audiência dessas com os mesmos problemas que nós tivemos anteriormente.

Então, gente, o que nós percebemos é que ao longo desses dois anos, no governo atual, nós tivemos cerca de 710 projetos de manejo, em 2013, aprovados. Houve uma redução, mas uma pequena redução, e em 2014 sendo 612 manejos.

Isso gerou, totalizou um volume de sete milhões de metros cúbicos, que dá um bocado de carreta sendo transportada por aí. Mas essa essência toda que está aí não foi tudo liberado, não saiu tudo das florestas, porque o comércio, o mercado não acata ou não aceita ou não tem a demanda ou não desdobra o volume maior, ou seja, todas as espécies que são autorizadas. Aqui nós temos os doze principais municípios que foram explorados no ano de 2013, 2014. Nós temos um volume chegando a três milhões e vocês veem lá embaixo que Porto Velho, pela sua grande extensão, é no Estado o que mais produz madeira hoje. E uma preocupação muito grande, Porto Velho se localiza na periferia do Estado. Na periferia que eu digo é o seguinte: está no limítrofe do Estado. Isso quer dizer que nós estamos chegando nas últimas

barreiras comerciais, nós estamos chegando nos últimos lugares que existe madeira dentro do Estado de Rondônia. Quem quiser explorar com aquela demanda, com aquela tecnologia que existe desde a década de 70, vai ter que buscar outra estrada, infelizmente.

Baseado nisso, nós temos o gráfico, observando a crescente exploração nos municípios e tendo lá Porto Velho com essa dinâmica bastante grande. Esse número de profissionais, de 357 engenheiros, nos seus projetos de manejo, ele gera um volume desse número de trabalhadores junto com parte da indústria. São 40 vinculados a cada projeto, a cada indústria madeireira. E se a gente for pegar o último estudo que teve sobre a geração de ICMS, nós ainda, do setor produtivo florestal, contribuimos de uma parte muito importante de um valor de 1,85, se nós considerarmos que combustível, telefonia e energia elétrica fazem parte de todas as outras cadeias produtivas. Mas a AREF não ficou só por aqui. A AREF é uma grande colaboradora do setor florestal. A AREF é uma grande colaboradora do Estado de Rondônia e uma grande colaboradora da SEDAM, fique bem claro a todos os técnicos da SEDAM que são nossos amigos, sabemos das dificuldades que lá se encontram. Então, quando nós colocamos, a AREF está preparando o futuro e o futuro para o nosso Estado é floresta plantada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Três minutos para finalizar.

O SR. HAMILTON SANTIAGO – Muito obrigado. E preparando para o futuro, nós, junto com esta Casa de Leis aqui, aprovando a primeira lei de políticas públicas da rodovia de floresta plantada, com um Seminário em Vilhena, em 1912,(???) nós alavancamos esse setor, constituiu-se todo um procedimento e objetivos em comum junto com o Estado de Rondônia.

Todas essas áreas que estão aqui, tinha, em 2007, eram plantadas e não podia vender, não podia comercializar, está aqui hoje os resultados já colhidos. Ou seja, 74 projetos aprovados em 2013; 53 em 2014, um volume pequeno, de duzentos e oitenta e quatro mil metros cúbicos em relação à madeira nativa, mas é um caminho que se norteia para o setor produtivo em Rondônia. E aí nós precisamos modificar todos os procedimentos legais e é isso que nós temos colocado ao Coronel Vilson, como Secretário da Secretaria de Meio Ambiente, a necessidade premente de trabalhar dentro da legalidade. A legalidade se trata de procedimentos que nós precisamos criar em conjunto, não unitário. Por isso que nós pedimos, sinceramente, a criação da câmara técnica para que a gente possa trabalhar todo esse volume necessário de exploração que se tem ainda das unidades de conservação, nas terras indígenas, caso venha por alguma lei futuramente a permitir essa exploração. Então, nós tenhamos aí uma capacidade produtiva ainda dentro das terras de florestas nativas muito grande.

Agradeço aqui a presidência da convocação e estaremos à disposição. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns. Agora, Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado que preside esta Audiência Pública, Deputado Lebrão,

registra a presença da Excelentíssima senhora Gislaine Lebrinha, Prefeita do Município de São Francisco do Guaporé e Excelentíssimos senhores Vereadores Miguel Sena e Beijinho, da Câmara Municipal de Candeias do Jamari.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Também quero registrar a presença do ex-Deputado, nosso grande amigo, Dedé de Melo, que nos honra muito com a sua presença. Neste momento passo a palavra, representando o setor madeireiro, para o Maurício.

O SR. MAURÍCIO AMARO BEZERRA – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores presentes nesta Sessão, Secretário.

Eu gostaria aqui, nós já tivemos mais cedo uma reunião prévia na Secretaria de Meio Ambiente e o que eu vou dizer aqui, senhores Deputados, é que nós, o ano passado, fizemos investimentos no Distrito de Vila Nova, baseados na liberação dos manejos do PAF e Jequitibá. Isso fomentou a cidade, a vila cresceu, houve investimentos e nós, de repente, uma portaria bloqueia os CAR. E nós estamos hoje na iminência, na iminência dessas pessoas que estão hoje fazendo seus projetos de manejos, na iminência de receber o dinheiro, receber o dinheiro desse projeto de manejo e ter alguma coisa de retorno, desistirem e comecem a fazer o corte raso e isso é o que nós não queremos. O que nós queremos hoje é fazer, porque, na realidade, o INCRA, o INCRA começou fazer um projeto de manejo comunitário há oito anos e esse projeto comunitário não foi para a frente, não andou, e nós, depois de oito anos, estamos fazendo os projetos individuais.

Na realidade, nós estamos hoje vivendo uma insegurança jurídica, porque nós fizemos investimentos, fizemos os planos de manejo e estamos na iminência de serem todos cancelado devido ao CAR. Então, vim hoje falar aqui representando os madeireiros do nosso município, dizer que nós precisamos que a portaria seja revogada para poder dar andamento nos projetos de manejo do Jequitibá. E nós, na realidade, ninguém acredita mais, ninguém acredita mais que o INCRA possa fazer esse projeto de manejo que até hoje não fez, o dinheiro que foi sumiu e agora o INCRA está querendo fazer esse projeto de manejo com interesse pessoal de algumas pessoas. E nós sabemos, senhores Deputados, que o INCRA não tem condições hoje, na atual conjuntura, de fazer esse projeto de manejo. Tem oito anos e, na realidade, ninguém do Projeto Jequitibá acredita que o INCRA tenha condições de fazer esse manejo, até pelo prazo de oito anos já. Então, nós queremos que seja o INCRA que dê a condição de cada um fazer os manejos individuais para andar o desenvolvimento, ter desenvolvimento sustentável no nosso município.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradecer ao Maurício, e neste momento vamos conceder a palavra, por cinco minutos, ao Presidente da Associação dos Produtores da Linha 40, senhor José Carlos de Souza.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os senhores Deputados, em nome da Mesa. Não sei falar muito essa questão técnica da qual o Secretário vem

falando, mas sou um dos moradores lá da 40, represento esse povão que está aí e tantos que não puderam estar aqui.

Como o nosso Secretário falou, o Projeto Jequitibá é um projeto bastante antigo, que vem atrasando nossa vida durante muito tempo, que foi criado um projeto em cima de uma área já habitada e por isso que tem essas burocracias.

Então, quero chamar atenção aqui dos nossos Deputados, os nossos legisladores, para olhar com mais carinho, que nem falou o nosso Secretário ali, olhar com mais carinho o Projeto Jequitibá, porque, independente daquilo que se fala e daquilo que se escreve, existem lá muitas famílias que estão lá morando e precisando sobreviver nessa área, que nem falou um dos investidores lá, não só na área madeireira, mas sim em todos os sentidos, Secretário, lá existem famílias que estão sofrendo as duras consequências por não ser realizado aquilo que foi inscrito num documento. É bom que seja. É bom que seja dito aqui, que nem o senhor falou que tem o nosso representante público aqui, que a gente já vem sofrendo essa falta de vontade política do Estado, da União, até mesmo dos municípios. Portanto, deixar marcado aqui nesta audiência um fato que aconteceu recente. Nós saímos seis horas de casa, chegamos aqui na capital quase uma hora da tarde, não foi isso? Isso é a consequência, nós estamos a 70 km da nossa capital, de Porto Velho, onde está o respeito com os nossos moradores do setor da 45? Onde que está? Fala-se em meio ambiente, claro, todo mundo quer preservar, mas sem documento, Secretário, nós não temos nem como fazer o nosso CAR, nós somos proprietários do nada, não estou falando aqui só do Jequitibá, mas em torno do Jequitibá existe uma imensidão de área habitada.

Então, por isso, Senhores Deputados, foi encaminhado já a essa Mesa aqui, não é, Jean? Depois eu queria até que você confirmasse isso, a questão do zoneamento, que só depende de vocês para nós regularizarmos essas nossas áreas, e até quando nós moradores do Jequitibá vamos estar sofrendo essas consequências do não cumprimento. Tem um tal de TAC lá que foi inscrito, mas que não foi cumprido nada e hoje nós estamos pagando lá a penalização por uma coisa que ninguém fez, quer que nós façamos sem dinheiro e sem recurso, sem nada, parece que, eu já falei isso aqui em outra audiência lá na Vila Nova de Samuel e torno a falar, parece, senhores Deputados, que nós não estamos em Rondônia. Nós estamos dentro da capital e parece que nós não estamos em Rondônia, porque nós não estamos sendo respeitados à altura, claro que o Meio Ambiente tem que ser respeitado, mas as pessoas têm que ser acima do Meio Ambiente.

Então, por isso, senhores Deputados, eu quero deixar aqui a minha indignação por esse fato que está acontecendo e quero agradecer a Deus por eu estar participando mais uma vez, porque o Deputado Jean é testemunha de quantas vezes a gente já correu atrás, tentando buscar o recurso, tentando ver, senhor Secretário, através de vocês, principalmente que a SEDAM é uma grande trava lá no nosso setor. Porque se fala em regularização, fala em fiscalização, mas não dão condições para o homem do campo morar lá. E até quando nós vamos assim, senhor Secretário, tivemos já vários encontros com a doutora Nancy, ela deu um grande passo, Deputado Jean, nesse setor, mas hoje nós estamos aqui, esse povo que está aqui e muitos outros que não conseguiram chegar até aqui, não foi

por falta de vontade, não, senhor Secretário, foi por falta de condições de estrada e de muitas coisas que não acontecem.

Eu ouvi já hoje o senhor falando lá na SEDAM, a União é culpada, o Estado é culpado, o município é culpado, mas ninguém faz nada.

O meu muito obrigado e depois eu queria que o Jean esclarecesse um pouco para nós a questão do zoneamento. O quê que o nosso Governador está fazendo, o quê que a nossa Assembleia está fazendo a respeito da nossa regularização fundiária para nós podermos atender esse pedido do CAR. O meu muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Lebrão) – Obrigado, José Carlos. Com a palavra o Engenheiro Florestal Inaldo Melo Gomes, representando o Sindicato dos Engenheiros.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto se dirige aqui o nosso orador, quero registrar a presença do Excelentíssimo senhor Osmar Aparecido Ferreira, Prefeito Municipal de Campo Novo. O senhor Márcio da Costa, Secretário Municipal de Educação em Campo Novo e do Engenheiro Joel Mauro Magalhães, conselheiro e Vice-Presidente do CREA.

O SR. INALDO MELO GOMES – Boa tarde. Eu quero cumprimentar o Deputado Lebrão, presidindo esta Sessão, com os demais Deputados, Deputado Jean de Oliveira, Deputado Laerte, Deputado Alex Redano, Deputado Cleiton, são os proponentes desta Audiência Pública. Gostaria também de cumprimentar o restante dos Deputados aqui presentes, em nome do Deputado Luizinho Goebel, e cumprimentar também nossos colegas, as engenheiras florestais Eunice Duarte e a Wanda Bart. Cumprimentar o Secretário de Desenvolvimento Ambiental; cumprimentar os outros companheiros aqui presentes; servidores públicos; profissionais da área de engenharia, nossos colegas engenheiros florestais; todo o público presente. Nós agradecemos, neste momento o sindicato dos engenheiros vem lutando também junto a AREF para que essa situação em relação a SEDAM modifique já há algum tempo. Nós precisamos reanalisar toda essa situação. O Secretário fez aqui, na realidade, uma defesa da ocupação dos espaços que está tendo neste momento, a partir do mês de janeiro. Na realidade, desde o final do ano passado, e que no meu ponto de vista não muda nada em relação a toda situação desde o ano de 2006 quando a SEDAM assumiu a gestão de florestas privadas, a gestão das florestas estaduais em relação a Plano de Manejo principalmente. O que nós temos, na realidade, é que há um problema crônico especificamente na SEDAM, não vou aqui citar outros órgãos, mas especificamente na SEDAM, onde o número de comissionados quase duplica o número de servidores ativos, o número de servidores dos engenheiros, da administração, dos técnicos de nível médio, da fiscalização, de todos os setores. O número de comissionados é quase o dobro desses servidores da ativa.

Isso é um problema seriíssimo, porque eu não tenho nenhum medo de dizer que o comissionado atende os interesses daqueles que o nomeiam, enquanto que o servidor de carreira é aquele profissional preocupado com a instituição, preocupado com o seu órgão de levar adiante, de dar o melhor de qualidade,

de quantidade, de eficiência e que também de atender da melhor forma possível o contribuinte, como o Secretário colocou, não como cliente, mas como contribuinte. E de fato e de direito isso só vai acontecer quando realmente a SEDAM tiver não o dobro de comissionados em relação aos servidores da ativa, mas sim total e completamente só servidores no sentido de que cada um, nós temos aqui alguns servidores, não vou citar nomes para não criar constrangimento, mas que dão de si o máximo possível. Eu não estou dizendo que comissionado é preguiçoso, que é isso ou aquilo, mas ele atende aos interesses de quem os nomeia. Isso é em todo órgão, é em todo lugar. E nós queremos dizer o seguinte: que o bom nome da instituição, o encaminhamento das questões relevantes, de interesse da população, dos profissionais da engenharia florestal, da indústria de base, daqueles que necessitam da SEDAM para fazer seu licenciamento, desde o licenciamento prévio de instalação, de operação, instalar o seu plano de manejo, de fazer a sua recuperação de área degradada, de fazer o seu reflorestamento, só vai ser de fato e de direito atendido completamente quando a SEDAM modificar essa política atual. E nesse sentido eu quero dizer o seguinte: já foram feitos vários levantamentos de servidores. Em 2006, um levantamento quando da implantação da lei de gestão de florestas públicas, eram necessários em torno de 150 profissionais. O Ministério Público estadual soltou um documento o ano passado só para as unidades de conservação era quase 100 profissionais. Foi feito um concurso o ano passado para 47 servidores em todas as áreas. Isso não atende às necessidades e nós vamos ficar ao léu se isso acontecer dessa forma. Me desculpem, e muito obrigado. Até a próxima.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda com a palavra o senhor Edivânio Almeida, Presidente da Cooperativa de Transporte Alternativo.

O SR. EDIVÂNIO ALMEIDA – Em nome do Deputado Jean, eu gostaria de cumprimentar a Mesa; em nome do Deputado Ribamar Araújo, eu cumprimento os demais Deputados; em nome do meu vizinho Jânio, Presidente da ASPRO 40, eu cumprimento a todos os moradores da 45 e toda aquela região.

Senhor Presidente, eu gostaria de falar um pouco aqui da área que a gente está acostumado a atuar. Sou morador da LP 40, estou com o meu plano de manejo travado, Secretário, por isso eu quero falar um pouco depois disso aí, e a nossa grande dificuldade ali no PAF Jequitibá e toda aquela região é o transporte. Existem dezenas de famílias que os seus filhos estão aqui na Capital, enquanto os pais estão trabalhando, tentando sobreviver na sua posse lá naquela localidade. Eu não tenho condições de hoje estar morando lá na LP 40, o meu lote é o lote 01 da LP 40, para chegar lá eu tenho que andar 10 quilômetros a pé nessa época porque não tem estrada. O abandono do INCRA é total, simplesmente foi lá e demarcou uma área que nós já morávamos lá, já tinha propriedade lá, já estava plano e esqueceu os moradores. É fácil dizer, chegar e proibir essa atividade para nós que estamos lá dentro, é fácil dizer que está proibida para quem está aqui de fora. Lá dentro a gente não tinha renda até o ano passado de nada, hoje a gente conta com o setor madeireiro que está na Vila de Samuel, me parece que 09 serrarias, estão gerando emprego, para nós

estar lá dentro do nosso lote, compra esse manejo, é renda para a gente aplicar lá dentro. Eu tenho uma plantação no meu lote lá agora que eu não vou conseguir tirar lá de dentro porque não tem estrada. É desse jeito que a gente está sobrevivendo lá dentro, ao léu. O INCRA simplesmente abandonou. Eu conto para vocês um fato que aconteceu o ano retrasado. Um casal que morava em frente ao meu lote foi assassinado lá dentro por disputa de terra. Eu protocolei um documento no INCRA 90 dias antes pedindo que eles fossem lá dizer de quem de direito era aquela terra. Não apareceu, a imprensa noticiou para todo mundo ver a morte de um casal lá dentro. Isso aí não é fato isolado, não, gente, isso aí acontece constantemente, esse povo que está aqui, a maioria não pôde vir, sofre à míngua lá dentro porque não tem o transporte decente para entrar e sair das suas propriedades, transportar o que produzem, não tem renda de nada. Eu dou graças a Deus hoje essas madeiras estão lá gerando emprego para algumas pessoas. Poder fazer o meu manejo, Secretário, é questão de sobrevivência, eu não quero desmatar, eu quero conservar a mata lá dentro, por isso eu procurei os meios legais. Vocês acham que esses madeiros que estão aqui dentro, eles devem alguma coisa para Justiça? Não, porque quem deve não vem aqui, não. Aqui está o pai de família, produtores que querem trabalhar na legalidade, é simples eu chegar lá, combinar com uma pessoa, existe em todos os meios, existem pessoas que trabalham ilegalmente, é fácil eu chegar e querer vender a minha madeira lá na ilegalidade, da noite para o dia eles acabam com tudo e acabou a floresta, ninguém vai lá nem sequer aplicar multa em mim, é muito fácil acontecer. Mas para respeitar as Leis, trabalhar dentro da legalidade, a gente é travado por todo lado.

Eu conclamo ao Senhor Secretário que nos dê oportunidade de gerar mais renda para estar lá dentro, eu só quero investir mais naquele lote que eu ganhei do INCRA, eu só quero investir mais e poder produzir lá dentro, a gente não quer fazer nada que é ilegal. Por isso, eu agradeço aqui aos madeiros que estão aqui lutando para que isso aconteça, em nome do Jessé, a todos os outros engenheiros que estão apoiando o produtor rural para que saiam esses manejos lá dentro legalizados, eu quero frisar bem isso, nós não estamos buscando destruir a floresta, nós queremos sobrevivência, depois desse manejo eu pretendo plantar na minha área de reserva legal a castanha para no futuro trazer uma renda sustentável para a gente que está lá dentro e é dessa forma que a SEDAM, o Governo vai ajudar os parceiros lá dentro, levando renda e sustentabilidade para a gente que está lá dentro.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Presidente da Cooperativa de Defensores da Floresta, Manoel da Mota.

O SR. MANOEL DA MOTA – Boa tarde aos senhores e senhoras aqui presentes e demais companheiros que estão ali no Plenário.

Senhor Secretário, hoje pela manhã a gente esteve em audiência com o senhor e o senhor deixou bem claro que ia ter uma nova reunião com os demais órgãos. Senhores, desde 2006 que essas famílias que estão ali e os demais que estão

ausentes, por dificuldades não puderam vir, a gente vem padecendo até hoje, seja pelo INCRA, pela SEDAM e demais órgãos. Companheiros, hoje nós temos uma calamidade dentro do PAF Jequitibá que está difícil de ser consertado, por quê? Hoje o cidadão deveria estar contente com suas famílias abrigadas lá dentro, hoje muitas famílias estão na cidade, devido não ter acesso e também não ter condições de vida para viverem lá dentro, situações essas que não têm um licenciamento ambiental e a gente tem que correr atrás disso.

Secretário, uma vez que a gente fez um plano de manejo lá dentro e ele foi protocolado, foi analisado, eu acho que esses manejos deveriam estar em tela, ou seja, para o cidadão explorar, mas está tudo cancelado, exceto alguns. Temos a questão também de um corte raso, que é uma lei que todo cidadão tem direito de ter a sua área para subsistência, não sabemos o que está acontecendo, mas deveria que esse cidadão estivesse ganhando alguma rentabilidade lá dentro nessa situação, o que não existe. O que que está acontecendo? Hoje, as nossas famílias, os companheiros que estão ausentes e os presentes aqui também estão se sentindo na dificuldade porque os seus filhos não podem estudar devido ao acesso da estrada.

Hoje, o senhor pela manhã falou para a comunidade de modo geral que tinha dado uma licença para a questão das cascalheiras para poder tirar o cascalho para arrumar as estradas no prazo de 45 dias. Estivemos ali com pessoas do município de Candeias, o Vereador, ele simplesmente disse, Secretário, que tem uma licença só para uma cascalheira, que foi aqui no Pamos. Companheiro, para 45 até agora nada, então é difícil para nós, para vocês e para qualquer companheiro que aqui representa essa comunidade, é difícil a gente viver lá dentro sobre ilusão, chega de ilusionismo, nós queremos viver a realidade e também queremos que os nossos manejos sejam liberados e que deem condições de vida a toda a comunidade, companheiros. É muito sofredor, e tem mais uma, companheiros, aqueles que têm aquelas liminares, que o Juiz considerou, aliás, não foi nenhuma cancelada, por que os companheiros não devem trabalhar? O que que está acontecendo? Será que esse PAF é projeto modelo? Qual é o espelho? Qual é o modelo que tem esse projeto? Até hoje eu não entendo e eu sou assentado desde 2006 naquele projeto, eu levei aquela comunidade lá para dentro, muitas famílias que estão aqui dentro eu que levei, eu fui o responsável por isso, na época do Movimento Camponês Corumbiara, eu que levei e os demais companheiros lá já existiam.

Então, esses companheiros vêm sofrendo há anos e anos e nada é resolvido. Então, companheiros, Secretário, por favor, nós queremos uma solução que agregue a todos os companheiros, seja ele produtor, seja ele do setor madeireiro, mas nós queremos viver lá dentro numa vida digna e que todos mereçam respeito.

Então, não poderia chamar rondonienses, pelo menos o povo do Jequitibá. Muito obrigado, companheiros, e até a próxima. Nós estamos aqui para isso.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Representando as vítimas da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, nosso amigo Zoca.

O SR. ZOCA – Cumprimentar o Deputado Lebrão, e em nome do Deputado Jean, cumprimentar os demais Deputados,

agradecer a oportunidade aqui. Cumprimentar os companheiros e amigos e produtores rurais da região do PAF Jequitibá; cumprimentar os engenheiros florestais que organizaram esta Audiência e nos deram a oportunidade de estar aqui falando em nome de todos aqueles que estão sofrendo muitas dificuldades dentro do PAF Jequitibá, em detrimento de ingerência, de falta de companheirismo dos órgãos que deveriam estar dando assistência àquela comunidade.

Eu quero aqui, a princípio, Deputado Lebrão, fazer um relato. Eu sei que o INCRA não tem, nós não temos aqui, através da Assembleia Legislativa, autonomia para tomar providência em referência ao INCRA, mas com certeza, os Deputados têm autonomia para ajudar naquilo que for preciso e eu acredito em vocês e sei que vocês vão ajudar. Mas em 2003 começou a guerra em detrimento daquela situação lá dentro do PAF Jequitibá, porque o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública contra o Estado de Rondônia, contra o INCRA, contra o IBAMA e contra o município de Candeias. E essa Ação Civil Pública acabou em 2007 num TAC - Termo de Ajuste de Conduta, envolvendo o que eu disse agora, o Estado, o IBAMA, o INCRA e o Município de Candeias. E o Juiz da sentença deu um ano para que o INCRA tomasse providência e apresentasse o levantamento ocupacional das pessoas que residiam, moravam dentro daquela área. E se passaram 8 anos e o INCRA não fez, e isso ocorreu por falta de responsabilidade daqueles que gerenciaram os órgãos. O que que ocorre? Dentro desse quadro todo, aquelas famílias que foram para dentro do PAF Jequitibá criado em 2007, como seria um projeto modelo no mundo todo, que era um projeto de assentamento florestal, fizeram para inglês ver, porque não tinha um levantamento da área, não sabia a realidade, fizeram simplesmente por politicagem. E colocaram a família, como disse agora há pouco o meu amigo Manoel, que nós conhecemos por Padreco, que é um dos líderes da comunidade, que foi lá levado pelo INCRA junto com Adelino Ramos, junto com o Augusto, junto com outras pessoas do movimento. E hoje eles que são do grupo do INCRA estão insatisfeitos com a sua situação, com os desmandos do INCRA, porque não viram nada acontecer. O INCRA fez uma proposta de manejo comunitário, mas não conseguiu dar sequência, porque as famílias que estão lá, que já ocupavam e as que vieram ocupar sendo assentadas pelo INCRA não vão sair para o INCRA fazer aquilo que ele quer fazer, assentar quinhentas e noventa e poucas famílias dentro de uma área que já está toda ocupada e toda degradada. E com certeza se insistir nessa situação, o que vai ocorrer é o que ocorreu em Corumbiara, um conflito entre as pessoas e entre aquelas que o INCRA está trazendo, iludindo as pessoas, dizendo que vão colocar.

Nesse sentido, Sr. Secretário, nós estivemos lá com o senhor pedindo o apoio, porque eu vejo que houve uma falha muito grande do Estado, porque, embora o Procurador Mateus disse que o Estado não é parte porque ela é uma área da União, mas com certeza o Estado tem que fazer parte, porque lá está encravado dentro do Estado de Rondônia, aquela área é dentro do município de Candeias do Jamari e as famílias que estão lá merecem respeito.

Então, o que que ocorre? Porque a SEDAM até ano passado fez a gestão para que as nove serrarias que estão lá hoje instaladas dentro da Vila Nova Samuel, o município de

Candeias foi e emitiu um documento dando viabilidade para aquelas empresas serem instaladas lá dentro, os empresários acreditaram, o comerciante acreditou, nós produtores rurais acreditamos e hoje estamos vendo que depois que passou a eleição, eu não sei o que aconteceu porque antes estava lá, o Deputado Jean é testemunha, o Deputado Ribamar é testemunha, sempre esteve lá. Deputado Laerte, a situação nossa não é fácil por quê? Acreditamos numa situação que logo que passou a eleição ela acabou. Porque foi providenciado o CAR das propriedades e para se fazer o manejo florestal tem que ter uma licença ambiental e isso foi feito. Obedecer às liminares que o Juiz Federal deu para aqueles que já não acreditavam no INCRA, e são 175 propriedades que têm liminar, e agora o INCRA impôs uma situação para a SEDAM com a Portaria 58 e impediu todos os CAR. Os CAR estão impedidos, estão bloqueados, e os manejos estão bloqueados. Agora, eu pergunto, Deputado Lebrão, o senhor que é conhecedor do setor madeireiro, como se faz para liberar? Agora eu pergunto, Deputado Lebrão, o senhor que é conhecedor do setor madeireiro, como se faz para liberar uma serraria, não é com projeto de manejo florestal para ter um saldo que libere a serraria? Como que a SEDAM deu a licença de operação, fez o PIF do manejo e aí agora vem dizer que não pode mais? Que as novas serrarias, será que estão pensando, será que a SEDAM e o Governo do Estado estão jogando a culpa que o INCRA é que é responsável pelos CAR? Eu nunca vi um CAR que o INCRA fez, nunca fiquei sabendo que o INCRA fez um CAR. Durante um período o INCRA disse que ia fazer isso, ia fazer aquilo, mas nunca fez, portanto, não cumpriu com a obrigação dele, Deputado. E nós queremos aqui, Secretário, que o Governo do Estado, que o povo acreditou e, portanto, ele é o representante daqueles que votaram nele e daqueles que não votaram, que ele olhe pelo lado daquela população, que são setecentas e poucas famílias que estão lá dentro trabalhando com dificuldade, mas estão, abandonados, mas estão lá firmes, que priorize para que cada um faça o seu manejo individual. Não é justo que aquele que vigiou a terra, cuidou, preservou, obedecendo a lei, hoje seja excluído para poder colocar outro para dividir com aquele que não ajudou fazer nada, não ajudou preservar.

E hoje se tem desmatamento lá dentro, se tem degradação, a culpa é dos órgãos que não fiscalizaram.

Então, eu peço aqui, Deputado Laerte, e a todos os Deputados, que nos apoiem nesta causa, vamos à busca de solução para transformar aquele projeto em regularização fundiária e não em assentamento florestal, porque lá ninguém quer assentamento florestal. Inclusive os líderes de movimento que estão aqui, o Augusto, o Padreco e outros mais que foram para lá chamados pelo INCRA, conforme já afirmou aqui, estão todos contrários ao projeto florestal da forma que o INCRA quer fazer e desde 2007 que o INCRA está tentando, Sr. Deputado Lebrão, fazer o manejo e não conseguiu nem fazer o inventário. Então, é o seguinte: fica aqui o nosso apelo em nome de todos que estão aqui, que a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado tomem parte dessa situação, olhem por esse povo que está lá sofrendo, vamos mudar aquela situação, vamos empenhar com a bancada federal, com os Senadores e buscar alternativa de acabar com aquele projeto florestal e fazer a regularização fundiária, e para isso nós dependemos

de vocês para poder aprovar o zoneamento e fazer uma nova aproximação.

Meu muito obrigado e fiquem todos com Deus.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Zoca. Ainda com a palavra o Célio Gomes, representando o setor madeireiro do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha aqui para fazer uso da palavra, retificando, quero registrar a presença do Excelentíssimo Sr. Vereador Marcos Fróes, da Câmara Municipal de Alto Paraíso.

O SR. CÉLIO GOMES – Boa tarde a todos os Deputados aqui representados, os nossos companheiros que ali se encontram, todo o setor madeireiro. Igual a todos que já falaram aqui, eu vou ser direto com a minha pergunta, até porque todos que passaram aqui já falaram tudo que está sofrendo aqui dentro.

Eu perguntei hoje para o Secretário e eu volto a perguntar na presença dos Deputados: Por que nós que estamos com as madeiras ali, eu mesmo tenho 22 trabalhadores diretos que todo mês tenho que pagar o salário deles, eu estou com a minha madeira ali dentro, estou com meus manejos e eles estão travados, se a Secretária passada fez, ela deu, foi liberado dentro de todas as normas pedidas, exigidas? Por que hoje eles estão bloqueados? Por que é que o Secretário hoje não pode cumprir com aquilo que veio? Por que não pode ser liberado? Por que não podemos começar a trabalhar? Saiu a Portaria para o dia 22, por que que nós temos que esperar até o dia 22 para saber se vai poder ou não continuar? Nós temos que trabalhar até o dia 22. Dia 22, se proibir, então vamos parar, vamos ver quem foi prejudicado e quem vai pagar pelo erro, mas nós temos que trabalhar até o dia 22, nós não podemos esperar, quem está com fome quer comer, nós estamos ali dentro com funcionários, não podemos ficar parados pagando a eles sem poder trabalhar.

Então, vamos trabalhar até o dia 22, se dia 22 a reunião for para marcar outra reunião, que nós continuamos trabalhando até a outra reunião, porque hoje a reunião está sendo para marcar outra reunião, a gente vem para a reunião e não resolve nada. Então, se uma reunião é para marcar outra reunião, que a gente continue trabalhando dentro da legalidade que ela foi feita. Nós ali não fabricamos papel, não, nós pegamos, buscamos as licenças ambientais, nós tiramos através de nossos engenheiros, nós a fizemos. A SEDAM pediu que nós pegássemos a carta de anuência do INCRA de cada um para poder sair, nós fomos atrás do INCRA e pegamos a carta de anuência, entregamos lá todas elas com levantamento de campo, tudo isso teve custo. Nós hoje ali não temos estrada também, nossos caminhões caem e quebram, tombam, se acabam, morre trabalhador e nós não temos estrada. Nós fomos atrás das cascalheiras para conseguir consertar as estradas com nossos recursos, mas nós não temos a cascalheira, Secretário, nós não temos porque nós não conseguimos a licença para fazer ela, não temos porque nós não podemos entrar nela, nós queremos solução, nós queremos a realidade, nós precisamos disso.

Então, em nome de todos os madeireiros e dos nossos trabalhadores que se encontram ali, que puderam chegar aqui

com todas as dificuldades, igual aos que estão ali, nós queremos solução, nós não queremos promessa de uma nova reunião, não. E que nós possamos juntos aos Deputados, poder junto com o Secretário falar isso para nós hoje aqui: *“você vão continuar trabalhando até o dia 22 para dali decidir essa nova, se vocês vão continuar ou não”*. Só cumpra, só cumpra, estava autorizado, por que hoje não vai estar mais?

Então, que a gente continue trabalhando com aquele documento que nós temos, o meu só vai vencer em 2018, mas eu estou parado, não posso, eu vou trabalhar irregular? Nenhum madeireiro quer trabalhar ilegal, não, nós queremos trabalhar correto, nenhum madeireiro quer estar com o seu caminhão preso lá na ambiental, não, nenhum toreiro quer sair correndo e deixar o seu caminhão abandonado, não, mas os órgãos não emitem os documentos necessários para nós, nós buscamos, nós corremos atrás, mas não conseguimos. Isso é o meu pedido, o meu apelo a todos vocês aqui.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda com a palavra a Fátima Rosa, representando a Associação Rondoniense dos Moradores do Projeto Jequitibá. E logo em seguida nós passaremos as perguntas dos Engenheiros e daremos oportunidade para os Deputados e representantes falarem.

A SRA. FÁTIMA ROSA – Boa noite a todos, eu acho que é boa noite, não sei, é boa tarde. Eu sou lá do assentamento do PAF Jequitibá, em nome do Deputado Ribamar Araújo eu quero agradecer a todos, cumprimentar a todos, e todos que estão presentes lá da Linha 45 e quero dizer a todos vocês que se encontram presentes que lá no Jequitibá se encontram grandes famílias que estão assentadas, são assentados do INCRA, e a maioria dessas famílias que estão mais para dentro, após a Vila Samuel, não estão aqui por motivo de estrada. Nós não temos estrada, os nossos alunos estão lá sem escola por motivo de estrada. Eu estou aqui desde segunda-feira sem poder retornar para a minha casa, eu vim fazer compras para minha criação e com certeza tem muitos lá que estão nessas condições, porque não têm como se deslocar de lá. O INCRA nos deixou lá à mercê, nós estamos lá sem condições. Estamos em um PAF que muitos falaram ser bonito, modelo. Que modelo é esse que nós não temos condições de trabalhar dentro dos nossos direitos? Como assentados do INCRA nós queremos que haja liberação. Nós encaminhamos toda a documentação de uma Carta de Anuência para o INCRA liberando para que nós, as famílias viessem trabalhar com nosso Projeto de Plano de Manejo, mas não foi possível. E eu não sei o que é que acontece com esses órgãos. Eu gostaria que os senhores, autoridades que estão presentes, que os nossos Deputados pudessem participar melhor. Que as autoridades da SEDAM, eu conheci a Dra. Nanci, o atual agora, estou conhecendo agora, então eu gostaria que ele viesse nos representar, que nós tivéssemos direitos. Como é que pode falar em manejo comunitário e sustentável, ou não comunitário, que seja, igual mencionou aqui. Que nós queremos a realidade, queremos o direito de nós trabalharmos ali dentro, as famílias que estão lá, muitos moradores merecem, estão acreditando, estão apostando, nos colocaram lá como assentados, igual a senhora aqui comentou que conhece o senhor Adelino Ramos, o Manoel aqui também. E eu sou daquela época de 2006, e eu estou lá

firme acreditando na realidade, mas nenhum órgão de várias equipes técnicas do INCRA vai lá com papel fazer relatório.

Gostaria de saber aonde vai o relatório? É Brasília? Deve estar lindo no papel o nosso plano de manejo, mas não existe, está no papel, é vergonha, é descaso para essas famílias.

Demos entrada no plano de manejo no corte raso, pegamos a AUTEX dessas famílias, mas não pode trabalhar por quê? Nós somos pequeninhos, mas muitos grandes trabalham. Por que nós não temos direitos? Quando eu entrei lá eu fui comprar um litro de leite nas pequenas propriedades, eu vou dar um exemplo, eu vim chorando com meu esposo. Falou: “minha senhora, a senhora está recente aqui, a senhora não sabe de nada. Aqui nós chamamos aqui linha da fome”. Eu falei para o meu esposo: “será que nós estamos no lugar errado?”. Mas eu tenho um Deus e eu acredito que nós estamos aqui para trabalhar, arregaçar as nossas mangas e trabalhar. Muitos ali com certeza estão aqui também no mesmo objetivo. Queria, senhor Secretário da SEDAM, que o INCRA estivesse aqui para poder falar. Eu acredito que é o Luis Flávio ainda. Eu não sei porque eu ando meio desatualizada por motivos de algumas enfermidades, então eu estive afastada. Mas eu gostaria que os cidadãos, os Deputados viessem olhar para aquelas famílias, as estradas são de cascalho. O INCRA tem verba, tem repasse de dinheiro para a Prefeitura de Candeias do Jamari. Eu estou com os papéis, tem outras famílias que têm. Tem também o Pedrão. Eu gostaria que alguém acompanhasse os Deputados para ver a condição desse repasse desse dinheiro. Porque existe um plano de trabalho e a verba entrou lá, eu não sei, gostaria que alguém viesse acompanhar a necessidade do povo do Jequitibá. E aqui ficam as minhas palavras e agradeço a todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Convido agora o Mestre de Cerimônias, o Lenilson, para que faça o encaminhamento das perguntas dos Engenheiros Florestais que representam aqui a AREF, para que a gente possa passar ao Coronel. Logo em seguida, nós vamos passar a palavra aos Deputados e depois a resposta das perguntas do Coronel para que a gente possa fazer o encerramento desta Audiência.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado, são os participantes da Associação dos Engenheiros, eles mesmos irão fazer as perguntas.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - É, então vamos colocar velocidade nesta Audiência.

A SRA. RENATA SIGOLI – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os senhores em nome da AREF. E assim, a AREF, após reuniões em dezembro de 2014, janeiro deste ano e precisamente na data 13 de março entregou ao senhor Secretário uma pauta com reivindicações da categoria referente às necessidades urgentes da mudança e adequação do Setor Florestal. Eu quero lhe perguntar, senhor Secretário, por que até a presente data a AREF não recebeu nenhuma resposta referente a esse documento? Será que não há interesse do Estado que a AREF participe e colabore com essas decisões? Também quero perguntar aqui ao Secretário por que foram e estão sendo construídos decretos e portarias direcionadas ao

Setor Florestal, as quais não foram discutidas com a Câmara Técnica ou com a comunidade técnica da AREF? Senhor Secretário, por que essas decisões estão sendo tomadas unilaterais? Obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Eu gostaria que antes de fazer a pergunta que se apresentasse para que se tivesse a oportunidade de se registrar nos Anais da Casa aqui o nome de cada um dos Engenheiros.

O SR. NILTON CÉSAR – Boa tarde. O meu nome é Nilton César, sou Engenheiro Florestal. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Secretário, baseado nos Pareceres de reanálise dos projetos de manejo.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Presidente. O Secretário vai responder no final ou vai respondendo ou já vai respondendo? Para ele ter tempo de anotar, vai anotando e no final responde.

O SR. NILTON CÉSAR – Baseado nos Pareceres de reanálise dos projetos de manejo, os Técnicos da SEDAM estão nos pedindo, como técnico, a figura do CAR manejo. Essa figura possui base legal na legislação vigente? E no novo Código? Recentemente o CODEF vinculou a aprovação e homologação dos planos de manejo mediante a aprovação do CAR feição manejo.

A questão é como devemos proceder, uma vez que a aprovação deste depende exclusivamente da SEDAM, e qual é o procedimento que a SEDAM irá adotar para a aprovação do CAR e seu manejo será feito em tempo hábil para exploração, sendo que o calendário já abriu? Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO – Boa tarde. Meu nome é João Paulo, sou Engenheiro Florestal.

A minha pergunta é em relação aos Planos de Suprimento Sustentável, que a liberação das LO das indústrias elas são emitidas para dois anos e os Planos de Suprimento Sustentável são exigidos com prazo mínimo de três anos de suprimento e as AUTEX elas são liberadas apenas para um ano, podendo ser renovada por mais um ano. Então, tem essa disparidade que a gente gostaria que fosse solucionada, Secretário. E outra coisa, é os planos de desmates que o pessoal, o produtor rural tem direito aos 20%. O PSS ele não contempla esse Plano de Desmate, fica aí também esse questionamento sobre os Planos de Desmates para que possam contemplar os PSS. Obrigada.

A SRA. GREICE – Boa tarde, eu me chamo Greice e sou Engenheira Florestal. A pergunta é: a SEDAM está cobrando taxa integral para renovação do manejo florestal. Existe uma legislação para essa cobrança? Por que não cobrar somente em cima do volume explorado? Obrigada.

A SRA. KEILA – Boa tarde. O meu nome é Keila, sou Engenheira Florestal. Baseado nos pareceres, estão sendo cobrados de todos os Planos de Manejo Florestal a averbação do Termo de Manejo Florestal à margem da matrícula. Quando buscamos atender a essa exigência, fomos informados que o ato é impossível, pois a Lei que rege os cartórios é de competência da União. De acordo com o artigo 22 da Constituição Federal

compete à União legislar sobre Registros Públicos, não sendo possível o Estado determinar títulos que devem ser registrados ou averbados sem que a Lei Federal autorize. No artigo 31 no Código Florestal em vigor, que trata exploração, como não prevê averbação desobrigando o proprietário desse ato. E por que é que a SEDAM está cobrando averbação dos Termos de Manejos de projetos aprovados no ano passado, sendo que já liberou o calendário florestal, muitas dessas AUTEX já foram vendidas e estão com a pendência do CAR Manejo e da Averbação do Termo de Manejo. Obrigada.

O SR. NELSON OLMEIDA JÚNIOR – Boa tarde. Eu sou Nelson Olmeida Júnior, Engenheiro Florestal. Meu questionamento com o Secretário é o seguinte: todos somos sabedores de que a Regularização Fundiária na Amazônia Legal não difere de boa parte do Brasil, principalmente no Estado de Rondônia, e é um grande problema e por esse motivo o novo Código Florestal trouxe uma redação que possibilita, com a possibilidade de se explorar florestas de áreas de posse, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará já regulamentada a tal exploração, com isso possibilitou o incremento ao crescimento econômico do Estado e segurança jurídica da atividade. Bem, só para complementar, a Ponta do Abunã, que é composta por Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia, não tem mais imóveis com documentação legal, registro em cartório para se fazer manejo florestal, em função disso as indústrias do setor madeireiro na região estão sofrendo muito e a maioria das áreas lá são áreas acima de 250.000 hectares, que são médias propriedades. Gostaria de saber do Secretário qual a opinião dele e se ele tem uma previsão de criar uma legislação específica para a elaboração de Plano de Manejo de área de posse em áreas de até 900 hectares que é previsto no Código Florestal para posse. Essa é minha pergunta.

O SR. ELIONAI FERREIRA DA SILVA – Boa tarde a todos.

Meu nome é Elionai, sou Engenheiro Florestal autônomo. Primeiramente, eu queria sair em defesa dos Engenheiros Florestais autônomos porque até então o que foi mostrado aqui pelo Secretário, eu não sei se foi propositalmente ou não, com relação aos CAR, os CAR hoje são feitos por qualquer pessoa que se sinta habilitado de fazer, como o imposto de renda hoje qualquer um pode chegar lá, baixar os aplicativos e fazer o imposto de renda. O CAR hoje qualquer pessoa pode fazer, não só os técnicos. Então, fica parecendo que os técnicos, os engenheiros, os agrônomos, os técnicos habilitados para fazer, ficou parecendo que nós somos os culpados por não ter aprovação dos CAR. Então, o que acontece, tem gente leiga fazendo o CAR, não anexa os documentos que são necessários, não existe um rol de documentos necessários para se apresentar no CAR, não existe, pode pegar o Código Florestal, ele não menciona quais são os documentos necessários que você deve apresentar no CAR. O CAR é para análise da reserva, análise do que está desmatado, do que hoje existe na propriedade da pessoa e a SEDAM está levando em conta a questão documental, sendo que o CAR foi instituído para quê? Para gerar posse, gerar o domínio da pessoa, mostrar como que está a pessoa hoje lá naquele local.

Então, assim ficou parecendo, Sr. Secretário, que nós engenheiros somos os culpados pelas pendências, pelos erros que existem hoje no CAR. Eu queria que o senhor frisasse que os engenheiros não são os responsáveis pela elaboração do CAR. Com relação aos licenciamentos, eu sou Engenheiro Florestal, sou autônomo, eu tenho as minhas responsabilidades, todo o dia eu vou à SEDAM, este ano já perderam processo meu, eu tive que fazer um processo novo, já sumiu parecer do meu processo este ano, 2015, já sumiu parecer do meu processo, já apareceu pendência que eu protocolei em outro processo e se a gente for olhar aqui todos os engenheiros autônomos aqui, se for perguntar, todos eles tiveram problemas parecidos com o meu. Aí a SEDAM fala em normatizar, em colocar a SEDAM *online* uma semana antes de se liberar o calendário florestal, se liberar os manejos, a SEDAM ficou praticamente uma ou até duas semanas sem internet. Aí a gente fala assim: “- não, vamos colocar tudo *online*”. Como que vamos colocar *online* se a SEDAM tem uma deficiência na sua rede que fornece internet? Direto fica faltando internet na SEDAM.

E outra coisa, um pedido, eu queria que o senhor considerasse a AREF na Câmara Técnica, que pelo menos dois representantes da AREF estejam na Câmara Técnica porque nós engenheiros, não só florestal como agrônomo, nós fazemos a SEDAM funcionar. Se um dia a gente falar assim: “a gente não vai trabalhar, a gente não vai protocolar pendência, a gente não vai dar assistência aos empreendedores”, a SEDAM para, para a arrecadação do Estado, para tudo. Então eu quero mostrar a minha indignação quanto à SEDAM, eu milito na SEDAM vai fazer mais de quatro anos e todo ano é a mesma coisa: “vamos colocar a SEDAM *online*, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos fazer isso”. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Como o Secretário já tem as perguntas relacionadas, nós vamos passar então, aqui, a palavra ao Coronel Vilson para que ele possa fazer as suas respostas.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Nós vamos proceder algumas respostas mais pontuais, mas nós assumimos o compromisso, Deputado Lebrão, aqui neste momento, fazer a resposta, responder e depois encaminhar além da AREF, uma via aqui para a Assembleia, para o Presidente. Porque tem alguns assuntos polêmicos que nós não queremos, que nós precisamos obter uma resposta conclusiva, digamos.

Bom, primeiro ponto, dentre vários pontos, a respeito do último pronunciamento do engenheiro, se eu me fiz entender dessa forma, peço desculpas aqui. Porque quando nós falamos o técnico, não é necessariamente o engenheiro florestal. É que hoje, coincidentemente, são os engenheiros que estão aqui nesta Audiência ou qualquer pessoa que faz o CAR declaratório.

Então, realmente não é o engenheiro, pode ser o engenheiro como qualquer outro técnico.

A respeito de sumiço de processo, por isso que há a preocupação nossa, temos conhecimento e já estamos trabalhando na SEDAM digital. É lógico que a SEDAM *online* vai demorar um pouco e nós também temos conhecimento a respeito do problema da nossa rede. Então, quando falamos SEDAM *online*, não é somente o *online*, não se refere ali à

máquina, é todo o sistema, é toda a rede que será redimensionada para suportar essa gama de trabalho da Secretaria. Muitas vezes, às vezes a gente dá a entender, até me fez entender que a SEDAM *online* seria somente, dando a entender que era um problema de computador, mas não, é a rede. Sabemos muito bem disso e inclusive é uma preocupação da TI quando passamos a trabalhar este ano já com a SEDAM *online*. Quanto à SEDAM *online*, eu posso dizer aos senhores que já é uma realidade, hoje com a tramitação de processo, em trinta dias as AUTEXs, esse produto está pronto. Quanto ao assento da AREF na Câmara Técnica, nós solicitamos que a AREF encaminhe o pleito para a SEDAM. De repente encaminhou e talvez esteja naquele documento que foi protocolado. Nós informamos a AREF, aproveitando este momento que todos os pleitos da AREF estão sendo analisados. Nós ainda não procedemos às devidas respostas, haja vista a complexidade da matéria ambiental. Falta de lei, conforme nós estamos discutindo hoje, citando o exemplo do PAF Jequitibá, nós precisamos arrumar uma solução, eu concordo plenamente. E hoje nós constatamos que não tem como chegar a um denominador comum sem envolver os órgãos federais, a mesma coisa é a legislação ambiental. Então, informar aos senhores da AREF que o pleito dos senhores não foi esquecido, está conosco lá.

Bom, agora vamos a algumas perguntas. Bom, o CAR Feição Manejo, eu vou citar algumas perguntas aqui que são as mais que estão surgindo grandes questionamentos. O CAR Feição Manejo, realmente essa figura não possui base legal na legislação, aí eu vou solicitar a um técnico, conforme foi explicado hoje de manhã, aí eu queria verificar se o Arquimedes, só explicar aos senhores o que é o CAR Feição Manejo, com o Arquimedes que é o nosso engenheiro e vai proceder à resposta. Só para esclarecer sobre CAR Feição Manejo, que não vai causar o transtorno que o pessoal está pensando.

O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO – Boa tarde a todos. Na verdade, se encurtou as palavras e criou o CAR Manejo. Na verdade, é um CAR normal, no qual foi inserida a Feição Manejo para facilitar análise futura. Ele é necessário ter porque nenhuma atividade pode ser licenciada sem ter antes passado pelo CAR. Então, o que nós tentamos foi já inserir a Feição Manejo para facilitar para o engenheiro e para facilitar a análise depois. Infelizmente, no andar da carruagem, nós tivemos o Código Florestal que nos obriga a migrar todos os dados do SIMLAM para o SICAR, sendo com os mesmos engenheiros. O nosso contrato com a empresa venceu, então, nós ficamos de mãos amarradas para poder regulamentar. Infelizmente, a empresa, quando criou essa feição, quando criou esse CAR, não colocaram uma permissão para se fazer análise. Estamos trabalhando junto com a empresa para que isso ocorra o mais rápido possível. Porém, como vocês já viram no calendário da migração, a partir do dia 27 de maio, talvez com alguns dias de dilação, até sair o modo de análise, mas a partir de 27 de maio isso já vai estar tudo implementado e permitindo que se analise. Estamos também tentando, analisando uma solução paliativa para alguns casos, de fazer uma análise sem passar pelo sistema. Porque é muito ruim, porque depois fica até ruim para o técnico saber se tem pendência ou não. Então, quero

que vocês tenham a certeza que nós estamos trabalhando, estamos batalhando e realmente é necessário que tenha o CAR para se fazer o manejo. O que se imaginou não é um CAR Manejo. Não existe lá na legislação a figura do um CAR Manejo, o que existe é uma Feição Manejo dentro do CAR para que se licencie a atividade manejo.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Bom, mas mesmo nós procedendo às respostas hoje, nós vamos depois encaminhar à Assembleia, bem como à AREF. Bom, outro assunto que eu vi a grande preocupação dos senhores é sobre a averbação do Termo de Manejo Florestal. Aí vou pedir para o Dr. Matheus, o Procurador, explicar a dúvida, o porquê que estão exigindo, solicitar ao Dr. Matheus ali.

O SR. MATHEUS CARVALHO – Boa tarde a todos. Meu nome é Matheus Carvalho. Eu sou Procurador do Estado e atualmente respondo pela Procuradoria Ambiental.

Bom, o Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada, para quem não conhece, é um gravame que incide sobre a área que é o objeto de um plano de manejo.

Esse gravame, ele no caso de propriedade tem que ser averbado no Cartório de Registros de Imóveis e no caso de posse é averbado no Cartório de Títulos e Documentos. A finalidade desse termo de responsabilidade, além de gravar a área, é dar publicidade ao plano de manejo para que todos saibam que naquela área específica está sendo executado um plano de manejo; isso evita, por exemplo, que a pessoa que quer comprar uma área para executar um plano de manejo compre essa área e depois descubra que naquela área específica já foi executado um plano de manejo e que, portanto, ele não vai poder explorar novamente. Então, essa é a finalidade do Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada, gravar área para que o uso dela fique limitado à exploração florestal e dar publicidade a todos esse plano de manejo para que todos saibam que naquela área está sendo executado um Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Questionou-se sobre a questão de alguns cartórios que não estariam averbando, estariam se recusando porque não haveria previsão na Legislação Federal e os cartórios estariam submetidos apenas à Legislação Federal. Esse é um entendimento equivocado que alguns cartórios, não são todos, estão adotando. Por quê? Porque a própria Lei de Registros Públicos, no seu artigo 246, “prevê que serão averbados na matrícula as sub-rogações e outras ocorrências que por qualquer modo alterem o registro”. É uma cláusula aberta. Então, com base nesse artigo 246 que o Termo de Responsabilidade é averbado, é com base nesse artigo 246, tanto é que diversos outros Estados averbam, cartórios de outros Estados averbam esse Termo de Responsabilidade e não se sabe de nenhum questionamento. Esse Termo de Responsabilidade ele não é invenção do Estado de Rondônia. A Procuradoria Ambiental, ela fez uma ampla pesquisa e verificou que, por exemplo, no Estado de Roraima recentemente foi editada uma Lei já depois do novo Código Florestal, Lei 986, exigindo o Termo de Responsabilidade e Manutenção de Floresta Manejada.

No Mato Grosso, o Decreto 2.152, de fevereiro de 2014, também exige o Termo de Responsabilidade e Manutenção de

Floresta Manejada. O Estado de Rondônia, com base no Decreto 19.467 que determina a aplicação da Legislação Correlata, mas especificamente a Instituição Normativa nº 05 de 2006, também prevê averbação em cartório do Termo de Responsabilidade e Manutenção de Floresta Manejada. Então, há, sim, previsão legal tanto na Lei de Registros Públicos por meio dessa cláusula aberta do artigo 246 quanto na Legislação do Estado de Rondônia e na Legislação Federal, no âmbito da União, vale citar também, o IBAMA também exige esse termo.

Então, não é nenhuma novidade.

Em relação a esses cartórios que estão se recusando a averbar, não são todos, a Procuradoria Ambiental já está em contato com o Ministério Público e nós vamos adotar as medidas judiciais e administrativas cabíveis em relação a esses cartórios, porque eles não podem se recusar a averbar. Então, acredito que na próxima semana nós vamos marcar uma reunião, já estou em interlocução com o Ministério Público, nós vamos marcar uma reunião com o Corregedor Geral de Justiça e vamos resolver essa questão.

Obrigado.

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Bom, a respeito das taxas, enfim, nós já estamos trabalhando num Projeto de Lei, e conforme nós falamos para alguns Deputados, o próximo mês, esperamos que dentro de um mês, desculpe, já estejam aportando alguns Projetos de Leis aqui na Assembleia sobre taxas, enfim, aproveitando o ensejo também o Projeto de Lei sobre Floresta Plantada já está praticamente pronto, nós vamos encaminhar para Assembleia, enfim, tem mais 03 projetos que eu não estou lembrando o nome. Queria pedir para o doutor fazer a contribuição sobre taxas. Doutor, é isso?

O SR. MATEUS CARVALHO – Certo. Em relação às taxas, questionou-se porque que essas taxas são cobradas quando da renovação da licença ou da autorização ambiental. Aqui vale um esclarecimento. A taxa é um tributo que decorre da prestação de um serviço público específico e divisível a determinada pessoa, essa é a taxa. Quando da renovação da licença ambiental ou da autorização, é necessário que a SEDAM proceda vistorias, realize diligências, preste um serviço público específico e divisível a uma determinada pessoa, que no caso é o empreendedor. Esse serviço tem um custo e esse custo é coberto pela taxa, então essa é a razão de ser da taxa, é para remunerar, para custear esse serviço que a SEDAM presta no interesse específico do empreendedor. E aí o legislador, ele tem uma opção, ou ele distribui esse custo com toda a sociedade através de impostos, ou ele institui taxas e cobra especificamente da pessoa interessada, no caso, o empreendedor. Então, essa é a razão da taxa ser cobrada para renovação da licença da autorização para custear esse serviço público específico e divisível prestado ao empreendedor quando da renovação da taxa, da licença ou da autorização.

Então, essa é a razão de ser da cobrança da taxa.

Em relação à legislação, nós, como o Secretário falou, estamos atualizando a legislação referente à taxa e em breve vamos encaminhar uma legislação mais atualizada.

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Outra resposta sobre os prazos, nós concordamos dos tempos AUTEX LO e do Plano

de Manejo, enfim, aí nós concordamos. Também estamos trabalhando dos períodos, dos prazos, de acordo com as tipologias e também está contemplando no estudo essa pergunta do Engenheiro Florestal, que fez para nós aqui, esqueci o nome.

Bom, nós respondemos as questões que chegam com mais frequência na SEDAM, é CAR Manejo, averbação de área, enfim. As demais questões, novamente assumimos compromisso de encaminhar resposta a AREF e agora os Srs. Deputados aí. Agora é com as perguntas dos senhores Deputados, com as perguntas dos senhores, enfim. Qualquer outro tipo de esclarecimento. Estamos abertos a qualquer questionamento.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu quero dizer a todos aqueles que representam as classes aqui que vocês possam solicitar através da Presidência cópia do áudio, do vídeo e também da Taquigrafia desta audiência pública. Algum questionamento? Fique à vontade.

A SRA. EUNICE DUARTE – Meu nome é Eunice Duarte, eu sou uma das componentes da AREF. Eu queria, Secretário, fazer uns questionamentos sobre as respostas que nos foram dadas.

Primeiro, o CAR, como o Arquimedes colocou, o que nós estamos questionando aqui é que foi colocado para aprovação dos Planos de Manejo que eles fossem aprovados e homologados. É isso que está sendo questionado, entendeu? Nós não somos contra a informação no CAR, mas sim depende da SEDAM a aprovação e a homologação que está sendo vinculada. É esse o questionamento, não é que nós somos contra a informação do *Shape* do manejo, não é isso. É que está sendo condicionada a liberação dos novos projetos, a homologação, a aprovação, quando isso depende, é de competência da SEDAM, nós não temos como apresentar para a SEDAM a aprovação. Quem é responsável por isso são vocês.

Outro ponto é sobre o termo de averbação de floresta manejada. Eu concordo com o que o Procurador Mateus falou, o problema aqui é que é o Estado que tem que resolver com os cartórios, não somos nós, vocês têm que impor coisas que nós temos a possibilidade de atender. Vocês acham, nós fazíamos isso antes do novo Código, só que agora nós não temos como fazer, o cartório se nega. E outro problema que vocês têm que pensar, que se o Dr. Mateus conseguir que os cartórios façam averbação, é que tem um outro problema sobre o Georreferenciamento que também a maioria das propriedades do Estado não são georreferenciadas, Dr. Mateus, como é que a gente vai resolver esse problema das pequenas propriedades, dos assentados, dos posseiros, isso é um problema o georreferenciamento, o senhor sabe disso.

Então, para o ato do termo ser averbado à margem da matrícula precisa da aprovação do Georreferenciamento das propriedades agora. Esse é o questionamento, Secretário. Não é que nós somos contrários ao que se pede, contando que nós tenhamos possibilidade de atender.

Outro questionamento que eu quero colocar é que está sendo vinculado na SEDAM recentemente quanto à autorização de limpeza de pastagem. Esse procedimento, ele tem legalidade e o possuidor, o proprietário, ele tem direito a isso e ele está sendo vinculado também à aprovação do CAR. O quê que nós

temos a ver com isso? Está sendo tirado um direito nosso, isso é competência da SEDAM aprovar o CAR. A partir do momento que o técnico faz a informação do Shape do CAR é com a SEDAM, não é conosco. As autorizações de limpeza de pastagem simplesmente não estão sendo emitidas por causa disso. Mas outro ponto que eu quero colocar é que as ERGAS sejam destinadas a elas, Secretário, uma forma de descentralização até da demanda do processo na Capital, que seja repassado isso para as ERGAS. Eu sei que recentemente o senhor fez uma reunião com todas as ERGAS da região e eu espero que isso desafogue os processos na SEDAM. E também a descentralização para as Secretarias municipais. O Candeias do Jamari possui lá no seu município a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e ela não tem atribuição porque o Estado não repassou a ela. Com certeza iria desafogar grande parte dos processos que é de competência da SEDAM para os municípios.

Isso também eu queria que fosse levado em consideração. Também pedi recentemente os decretos e as portarias que a SEDAM cria, que sejam disponibilizados assim que forem publicados no diário, que seja disponibilizado na SEDAM. Porque as portarias que tem lá, Secretário, são só as de 2013. De 2014 e de 2015 não existe no site da SEDAM *online* as informações, o que está realmente acontecendo com relação às leis, os procedimentos que a SEDAM vem adotando.

E há outro questionamento que eu quero colocar, é que no Posto Fiscal de Vilhena, é mais uma denúncia, no Posto Fiscal de Vilhena está acontecendo que os fiscais da SEFIN, quando eles vão fazer a fiscalização na carga, eles não só atenuam aos impostos, a pauta do Estado e sim está levando para a identificação da madeira. A SEDAM tem uma ERGA na SEDAM lá em Vilhena. Então o quê que isso acarreta, quando um fiscal faz uma identificação aleatória daquela madeira que tem lá, ele fica questionando, ele retém a carga, ele alega que não é aquela carga. Como é que um fiscal da SEDAM tem atribuição para fazer identificação da carga de madeira? Eu queria que isso ficasse definido. Existe alguma atribuição para ele fazer a identificação de madeira? Eles apreendem a carga lá e fica por dois, três dias, nós temos o vencimento do DOF, nós não podemos reter a carga e deixar os empresários a ver navios.

E o último ponto que eu quero colocar é a respeito do novo decreto que foi criado. Ele fala que é para a gente se reportar aos procedimentos técnicos da lei federal. O novo decreto criado dia 29.01 agora. É colocado no decreto. Eu queria saber primeiro se ele revoga todos os outros dispositivos que regulamentam os procedimentos técnicos. Alguém pode me responder? Porque no decreto 12447, ele regulamentava todos os procedimentos de elaboração de plano de manejo, levantamento circunstanciado, limpeza de pastagem, de termo, de tudo. Ele tem uma série de portarias que regulamentava o decreto, que são as normas que nós nos baseamos para apresentar os processos à SEDAM, e eu queria saber, porque no decreto não ficou claro se isso foi revogado ou não. Isso não está escrito na portaria. É porque eu vou dar continuidade, conforme o que o senhor me responder, eu vou lhe dar continuidade no que eu quero falar.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Bom, eu vou responder duas perguntas e depois vou passar para o jurídico. Primeiro, são os ERGAS, sobre os escritórios regionais, é uma

preocupação nossa manter os escritórios com estrutura mínima para que possam desafogar a sede de técnicos. Sobre a questão da madeira, é uma preocupação do Estado, nós já fizemos uma tratativa com a FIERO e CNIPA, construção de laboratório, identificação, laboratório de madeira, de análise da madeira aqui no Estado, que nós não temos, já falamos inclusive com a agência IDARON para que a madeira do Estado ela saia também certificada. É o IDARON que tem a competência administrativa para proceder à certificação que vai valorizar ainda mais o produto da madeira no Estado. E sobre o novo Decreto, pedir para o Dr. Mateus.

O SR. MATEUS CARVALHO – Sobre o novo Decreto, como a Eunice muito bem falou, está em vigor o Decreto Estadual 19.467, de janeiro de 2015, que remete à Lei Federal 11.284, à Lei Federal 12.651 e à legislação correlata. Como é uma legislação muito extensa, eu me comprometo a encaminhar para vocês qual é a legislação que nós estamos usando. Todas as instruções normativas e todas as resoluções eu encaminho para vocês e vocês vão ter um compêndio do que nós estamos aplicando hoje, ok?

A SRA. EUNICE DUARTE – Mas a minha pergunta não foi essa.

Eu perguntei se os dispositivos regulamentados por esse Decreto que foi revogado, eles estão em vigor ou não?

O SR. MATEUS CARVALHO – Não.

A SRA. EUNICE DUARTE – O entendimento, a partir do momento que não está no Decreto que eles estão revogados, eles estão valendo...

O SR. MATEUS CARVALHO – Sim. Não, o Decreto Estadual 19.467 revogou o Decreto Estadual 12.447. Então, a partir daí, tudo que foi editado com base nesse Decreto revogado, não está mais em vigor.

A SRA. EUNICE DUARTE – Não está mais valendo. Então, quer dizer que todos os nossos procedimentos técnicos estão ilegais dentro do Estado de Rondônia.

O SR. MATEUS CARVALHO - Não, não. Não estão ilegais porque quando eles foram aprovados esse Decreto estava em vigor. Eles não estão revogados, só para esclarecer. Porque eles foram o ato que foi praticado aquela época, foram praticados com base na legislação vigente à época. Então, aqui é perfeito. Não vão ser revogados. Então, espero ter esclarecido.

A SRA. EUNICE DUARTE – O novo Decreto, Secretário, quando ele remete a um novo Código, eu vou ler. Quando ele remete ao novo Código, no artigo 31 fala: *para fins de manejo florestal, na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos do SISNAMA deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação dos referidos plano de manejo.*

Eu acredito muito que na maioria dos assentados que estão aqui hoje. Por quê? Porque o novo Decreto, desculpe, o Código Florestal prevê que o possuidor, os assentados, eles têm direito a plano de manejo, isso não pode ser tirado deles, Secretário. Mais uma coisa, a SEDAM não criou, já tem dois

anos que o novo Código está em vigência e a SEDAM nunca proporcionou simplificação dos planos de manejo para eles, que eu acredito que o senhor fará isso, não é? Obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agora nós vamos passar aqui a palavra aos Deputados e representando e aqui justificando a ausência da Deputada Lúcia Tereza, que não pôde comparecer nesta audiência devido a problema de enfermidade do esposo dela e também de um neto. Então, para falar em nome dela o ex-Deputado Dedé de Melo, que tem o seu nome inscrito na história aqui da Casa. Só um segundinho, Secretário. Vai responder alguma pergunta?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Só sobre a última pergunta da engenheira. Esclarecer que esses questionamentos estão dentro daquela documentação que foi encaminhada e nós estamos trabalhando. É que nós não procedemos à resposta devido à complexidade, mas vamos sim proceder à resposta à AREF, bem como à Assembleia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Com a palavra o Dedé de Melo.

O SR. DEDÉ DE MELO – Presidente, permita falar daqui por causa da minha dificuldade de locomoção.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Fique à vontade, Vossa Excelência manda nesta Casa e nós obedecemos.

O SR. DEDÉ DE MELO – Presidente, presidindo esta Comissão, Deputado Lebrão, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de debater um tema tão importante para sociedade do Estado de Rondônia. E eu quero cumprimentar os demais Deputados, Laerte, Deputado Jean e os demais Deputados, senhoras e senhores Deputados aqui presentes, técnicos da SEDAM, o Secretário de Estado, Vilson Salles, e eu fico aqui, Deputado, com o maior prazer e com a maior honra, desde 2008 não tenho me manifestado em público, mas fazer, em nome da Deputada Lúcia Tereza, que me pediu, de umas inquietações dela, que fizesse umas pequenas perguntas ao Secretário de Estado Vilson Salles, da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. Não vi nenhum impedimento, não, como o senhor abriu a palavra a todos aqui, eu não vi nenhum impedimento que eu não fizesse a pergunta ao senhor Secretário.

Secretário, a Deputada Lúcia Tereza, ela tem uma inquietação, os engenheiros aqui que me antecederam, acabaram já discutindo todos esses objetos que ela ia questionar. Mas eu gostaria, ela gostaria de saber o artigo 3º da Lei 11.651, de 2012, que é o Código Florestal aqui debatido, ela diz que a área rural consolidada é aquela área rural com ocupação antrópica e que preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, atividades agropastoris, admitida nesse último caso adoção de regime de pousio, que não vem ao caso, não é o que ela quer tratar nesse assunto. O que ela quer questionar através dos seus representados é que muitos pequenos proprietários produtores rurais dentro do Estado de Rondônia tem sido induzidos a erro no sentido ou de orientação de alguns órgãos ambientais, no caso a Deputada não quis levar isso diretamente à SEDAM como responsabilidade. Mas

avermadas 80% das suas terras já ocupadas, edificadas com exploração, com ocupação e no caso quer saber o que a SEDAM tem orientado a esses pequenos produtores do Estado de Rondônia que têm a sua ocupação da sua terra desde antes de julho de 2008. Essa preocupação ela traz aqui ao Plenário desta comissão, Deputado, aliás, desta Audiência Pública, pelas manifestações que têm feito os pequenos produtores rurais a ela.

Eu vou até verbalizar o que colocou aqui, Senhor Secretário, não é bem isso que eu entendi, mas, de qualquer maneira, eu vou verbalizar. Parece, pelas pessoas que estão levando à Deputada, que a reserva legal era 80% nas pequenas propriedades do Estado de Rondônia, não está assegurado o artigo 3º, inciso IV da Lei 11.651, de 2012. Gostaria de pedir ao Senhor Presidente desta Audiência Pública, Deputado Lebrão, que as notas taquigráficas fossem encaminhadas ao gabinete da Deputada Lúcia Tereza com a sua anuência. Eu estou um pouco nervoso para fazer a pergunta que a Deputada quer fazer aqui, faz tempo que eu não me manifesto em público, viu, Mauricio. Ela está aqui, as engenheiras já se manifestaram, eu não vou mais perguntar, que é justamente sobre os planos de exploração florestal, essas suspensões que estão tendo, as questões também ali do cerrado naquela área ali de Vilhena, de Pimenta Bueno até Vilhena, aquela área ali que está tendo alguns problemas de plantio, de exploração daquela área de cerrado ali. Mas as engenheiras já fizeram isso com bastante competência.

Eu quero, Presidente, se o senhor me permite, aproveitar esta Audiência Pública, senhor Secretário, a lei, eu ouvi aqui o Sr. Presidente Lebrão citar aqui o Prefeito de Nova Mamoré, a Prefeita de São Francisco, alguns Prefeitos aqui que têm área ambiental, a Lei nº 543, de dezembro de 1993, Sr. Secretário, ela dispõe sobre a repartição do ICMS dentro do Estado de Rondônia, não, não, essa Lei é nº 147, de 15 de janeiro de 96, ela dispõe sobre a repartição do ICMS dentro do Estado de Rondônia, que foi criado 5% para os Municípios que têm unidade de conservação. E no artigo 4º, antes disso já dispõe que são unidades de conservação, seja federal, estadual ou municipal, ela diz no artigo 4º que os percentuais relativos para cada município que se enquadrar nas normas da presente lei ou dos seus atos regulamentadores serão calculados pelo órgão responsável pelo gerenciamento da política ambiental do Estado de Rondônia, no caso, hoje, a SEDAM, com base na proporção da ocupação territorial do respectivo município por unidade de conservação. Devendo ser divulgado à Secretaria, no caso, através de portaria publicada em Diário Oficial, e informado anualmente ao órgão fazendário para a sua implantação, obedecendo, sendo prazo estabelecido por essa lei. Eu gostaria, os municípios logo depois da implantação dessa lei, um ano depois, eles tiveram incremento formidável nas suas receitas, posteriormente a isso. E até os Prefeitos aqui que estão ouvindo, eu gostaria de salientar a eles que o Supremo Tribunal Federal diz que as questões de repartições do ICMS devidas do Estado, elas não têm prescrição e o Estado não vem cumprindo. E são mais de 28 municípios que têm isso, Presidente, e por que nem a SEDAM nem a SEFIN tem feito o que deveria ser feito, que diz nessa legislação, trazendo prejuízo a esses municípios que têm grande parte do seu território ocupado por unidade de conservação, não podendo ter as

mesmas atividades que outros municípios, vamos citar aqui Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Costa Marques, São Francisco, alguns municípios que não podem ter a mesma atividade como um município como Ariquemes, atividade mineral, outras atividades, enfim, que é do Estado de Rondônia. Então, queria colocar essas perguntas a Vossa Excelência com todo o prazer que vim aqui em nome da Deputada Lúcia Tereza.

Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pode ficar à vontade, Coronel.

O SR. VILSON SALLES MACHADO - Conforme entendimento que nós fizemos aqui com a Mesa, nós solicitamos ao senhor para encaminhar para a SEDAM, nós vamos proceder à resposta, até mesmo que tem um assunto que envolve a SEFIN também, não é?

O SR. DEDE DE MELO – É, sem dúvida.

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Semana passada nós estivemos em Guajará-Mirim, na quinta-feira, e Guajará-Mirim é um município que tem, considerando as áreas de reserva legal, chega a 96% de área, usando o termo genérico, coberta com unidade de conservação. E o Prefeito lá, segundo ele, a arrecadação anual não chega a seiscentos mil reais, então ele realmente se não fosse o repasse da União, o município estaria numa situação muito difícil. Mas olha, nós assumimos compromisso de proceder à resposta, eu gostaria depois de até pegar com o senhor já em mãos, eu não sei se a Assembleia fica gravado, passa para nós a pergunta. Mas nós estaremos aqui, a gente pode conversar a respeito da região do cerrado, já estamos trabalhando num projeto de lei para que a reserva legal seja 35%...

O SR. DEDE DE MELO – 35?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – É, estamos trabalhando, considerando que o cerrado de Rondônia não é amazônico, temos aqui o Dr. Edgar ...

O SR. DEDE DE MELO - 65% de atividade produtiva então no caso?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – É, estamos trabalhando nisso, é um projeto de lei, estamos trabalhando, conforme nós falamos, nós precisamos primeiro de uma lei para que os empreendedores possam ter a garantia necessária para investir no Estado. Nós tivemos uma reunião semana passada com alguns empresários da região do Cone Sul e com esse projeto de lei já estamos trabalhando lá na SEDAM, temos aqui o professor, Dr. Edgar, que é um engenheiro nosso da SEDAM, que está à frente desse projeto de floresta plantada no Estado.

Então já estamos trabalhando e a pergunta eu não lembro, mas nós vamos proceder à resposta, sim, ao senhor e à Deputada.

O SR. DEDÉ DE MELO – Obrigado, Secretário. Essa questão do pequeno produtor, Presidente, muito obrigado por ter me permitido falar aqui em nome da Deputada Lúcia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu que agradeço a Vossa Excelência, quero parabenizar pelo brilhante trabalho que Vossa Excelência fez à frente do Parlamento do Estado como Deputado e mais uma vez parabenizar porque a 147, de 96, é de sua autoria e é da maior importância para os municípios que hoje têm a sua maioria de território de reservas, como Guajará-Mirim tem 93% de reserva, assim como Costa Marques também mais de 50%, São Francisco do Guaporé, e infelizmente está sendo hoje prejudicado pela não aplicação da 147. E eu faço uma solicitação a todos os Deputados que abracem essa causa e que empunhem essa bandeira para melhorar a arrecadação desses municípios que lamentavelmente perdem na sua área produtiva por estar aí composta por uma grande totalidade de reserva. Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Cumprimentar, Sr. Presidente, Deputado Laerte Gomes, Deputado Alex Redano, Deputado Jean Oliveira e Deputado Cleiton Roque, propositores desta Audiência Pública. Cumprimentar todas as pessoas que nos visitam e em nome do Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia, cumprimentar a todos os servidores da SEDAM do nosso Estado. E de antemão dizer que é muito importante esta Audiência Pública. Até citou-se aqui por uma das pessoas, madeireiro, da questão de fazer uma reunião para marcar outra reunião. E realmente isso não pode acontecer, o que tem que acontecer é uma reunião, uma Audiência Pública e nós buscarmos essas soluções e elas precisam ser urgentes, porque foi citada muita coisa aqui da crise que assola o país e que o Estado produtivo como o Estado de Rondônia muitas vezes não pode ficar emperrado numa questão, principalmente ambiental, como a que se trata hoje.

Mas eu quero dizer, Coronel Vilson, que no início, quando ficamos sabendo da sua indicação para assumir o posto de Secretário da SEDAM, nos deixou um pouco assustados, porque nós poderíamos pensar assim: “bom, um Coronel na SEDAM é problema.” De primeira hora, é essa a impressão, será que lá vai ser implantado um coronelismo? Mas, na realidade, eu me lembro do tempo de criança que muitas vezes o pai ou a mãe falava para o filho o seguinte: “*se você me bater, eu vou chamar a polícia*”, e hoje inverteu, hoje o menino fala “*se você me bater, eu que chamo a polícia*”. Então, quer dizer, a polícia como um todo ela também hoje acolhe. E por que eu estou citando esse exemplo? Porque hoje o Coronel Vilson tem acolhido as demandas da sociedade. Nós, nos primeiros dias que o senhor assumiu, nós lhe convidamos para ir no Cone Sul do Estado de Rondônia e nós fomos tratar de um problema que era da questão da floresta plantada, e nós já temos aqui pela sua notícia que nos próximos dias nós estaremos aqui recebendo projeto regulamentando a questão da floresta plantada no Estado de Rondônia. Isso é importante para a geração de emprego, é importante para a geração de renda, é importante para a economia do Estado de Rondônia e esses fundos criados e que ficam lá na SEDAM para investimento naturalmente que eles também virão da possibilidade da ampliação das florestas plantadas no Estado de Rondônia, principalmente nessa região do Cone Sul do Estado de Rondônia. É fato mesmo, e não é uma só vez que foi citado aqui por membros da AREF de que quando chega à SEDAM e que muitas e muitas vezes o sistema está fora do ar, e isso é problema, isso é problema, mas nós

precisamos implantar sim a tecnologia e fazer uma SEDAM *online*. Porque muitas vezes as pessoas estão na ponta do Estado de Rondônia, os nossos agricultores que vão buscar o apoio de nossos técnicos e do nosso engenheiro lá na pequena Pimenteiras, que é a menor cidade do Estado de Rondônia e que infelizmente a gente não tem essa condição célere de poder fazer as informações necessárias para o sistema da SEDAM, mas para isso o Governo do Estado de Rondônia está investindo, já está contratado com uma cifra de mais de dezoito milhões de reais a implantação da infovia. Era um sonho do Governador Confúcio Moura e que hoje está sendo praticamente realidade. Essa infovia é exatamente para nós termos um sistema de internet forte no Estado de Rondônia, capaz de atender essas demandas que principalmente vocês engenheiros, técnicos que fazem o sistema ambiental do Estado de Rondônia, para que ele realmente ande dentro daquilo que se faz necessário. Eu tenho sido testemunha, porque muitas vezes sou procurado por agricultores, por empresários do Estado de Rondônia, e esses empresários vêm ali quando não se tem sequer um *checklist* numa SEDAM que já tem de 2006 para 2014 oito anos de funcionamento, um *checklist* instituído, Deputado Jean, infelizmente isso é vergonhoso, e já aí uma prova que o senhor já implantou, está melhorando e que com certeza nós precisamos dessa questão.

Outra questão importante, Secretário, que por muitas vezes eu o procurei e que também demorou essa resposta que o senhor apresentou que quer implantar até no mês de julho é a questão da licença passar a ter validade de quatro anos e não de dois, como é hoje, mas sim com dois anos, com uma reanálise se realmente está adequado dentro daquilo que a legislação determina ou permite. Outra questão que nós temos que falar, o Inaldo falou aqui representando os engenheiros, é a questão dos servidores de carreira. Não se tinha nenhum, esta Casa, pelos Deputados, Presidente Lebrão, instituiu aqui autorização para contratação de servidores, mas mais do que isso também já autorizou e instituiu, por solicitação do Poder Executivo, do Governo do Estado de Rondônia, o PCCR da SEDAM, mesmo quando a SEDAM nem sequer ainda tinha o seu corpo funcional formado, então foi outra questão.

Nós vemos com preocupação que muitos relatos, principalmente aqui da região do Jequitibá, e a gente vê com tristeza quando no Século XXI nós não temos sequer estrada e é vergonhoso o que o INCRA faz, não só em Rondônia, mas no Brasil. Lá na região de Corumbiara onde o próprio INCRA viu massacre, viu gente tombando, trabalhadores tombando, eles fizeram o assentamento Maranată, assentamento Zé Bentão, e lá naquele assentamento também não tem estrada e foi um assentamento que foi criado há três anos e se hoje está tendo o mínimo possível de condição do transporte escolar e do escoamento da produção é porque o Governo do Estado, mesmo sem condições e com dificuldades às vezes de atender as suas responsabilidades, está fazendo uma responsabilidade lá que é do INCRA, que é da União, um quebra galho para poder atender aqueles assentados daquela região.

Então, realmente, no meu entendimento, valeu a pena, valeu muito a presença de cada um de vocês aqui, porque exatamente foi dito aqui também que não se pode tomar decisões dentro de uma sala de ar condicionado isolada quando o problema está lá e muitas vezes em regiões, como eu próprio

não conheço a região do Jequitibá, Zoca, então realmente quando nós não temos a condição de ir lá nós estamos dando aqui a prerrogativa para que vocês venham aqui e demonstrem aqui as suas dificuldades. Então, eu quero dizer que quando eu vejo que de 1.291 pedidos de licenças, 808 já foram liberadas e 483 ainda não. Por quê? Porque depende de documentação que falta no processo, nós estamos vendo pelo menos a vontade de avançar, e nós somos solidários com a SEDAM, Coronel Vilson, o senhor e sua equipe podem contar com a Assembleia Legislativa, nós vamos aqui celeremente fazer a nossa parte para que V.Ex^a, para que a sua equipe possa devolver a resposta urgente e necessária para o cidadão de bem do Estado de Rondônia.

Eu queria deixar aqui um pedido especial e que esse pedido não pode ser seguido de um não, a gente só é bom quando a gente sabe o que está fazendo, só é bom naquilo que a gente conhece e sabe e nós não podemos ter uma Câmara Técnica Florestal sem a participação de quem conhece, os engenheiros, por isso que eu faço um pedido como Líder do Governo nesta Casa, como Deputado estadual representante do povo do Estado de Rondônia, que o mais breve e urgente possível, Secretário, se coloque um representante na Câmara Técnica Florestal da AREF, um do setor público, que está a serviço do setor público, talvez algum membro da AREF que esteja trabalhando lá na SEDAM. Tem que ter uma representatividade. E o outro tem que vir do serviço autônomo, do setor autônomo, porque é dessa forma que tenho certeza que todas as decisões tomadas por esta Câmara, elas serão tomadas com conhecimento de causa, e como eu disse aqui, só se faz bem feito quem sabe fazer.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar o Deputado Luizinho pelas suas colocações. Neste momento concedo a palavra ao Excelentíssimo senhor Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar o Excelentíssimo Deputado Lebrão, que nesta Sessão preside esta Audiência Pública; cumprimentar os meus colegas que apoiaram o Requerimento de fazer esta Audiência Pública, uma Audiência Pública proposta em coletividade por quatro Deputados: Deputado Alex Redano, Deputado Laerte Gomes e eu também que fiz parte da autoria desta Audiência Pública. Cumprimentar o Secretário Vilson, não tive a oportunidade de pegar na sua mão, o senhor estava se pronunciando naquele momento, mas sinta-se cumprimentado, senhor Secretário, sinta-se à vontade na Assembleia; quero cumprimentar em nome da AREF todos os Engenheiros que se fazem aqui presentes; em nome do Coronel Vilson, a todos os funcionários servidores da SEDAM; e queria cumprimentar em especial o cidadão, o produtor rural que se deslocou com toda dificuldade do mundo para estar aqui presente, aqueles que estão lá na Linha 45, na Linha 40, ali na Vila Samuel, que sintam-se cumprimentados de forma especial, acima de tudo.

Obrigado pela presença de vocês. E quero aqui, senhor Presidente cumprimentar também o Zoca, o Paulo, que são pessoas da comunidade, meus amigos, conhecidos, que tivemos a oportunidade já de debater sobre esse assunto por várias vezes.

Eu quero aqui, no uso das minhas palavras, ser rápido, mas objetivo. Início as minhas palavras dizendo e concordando com as palavras iniciais do Deputado Luizinho, que hoje representa o Governo nesta Casa. Esta Audiência Pública é a fim de deliberar, a fim de trazer resultados. Esta Audiência Pública não se pode fazer uma Audiência Pública para que a gente simplesmente dê notícias ou notoriedade sobre os fatos.

Nós precisamos, também, conseguir dar encaminhamento, solucionar os problemas que aqui foram retratados. Então, eu queria deixar bem claro a presença dessas pessoas. A gente observa crianças no Plenário, a gente está vendo o cansaço de ficar ali mais de horas sentado, que isso seja levado em consideração, com caráter de relevância para que tudo o que aqui foi dito seja carinhosamente e seriamente analisado pela SEDAM, Secretário. Nós não podemos fazer desta Audiência Pública um ato político, e sim um ato de representação, um ato de importância para a política florestal, a política ambiental do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar, a pedido da AREF, o seu Dirceu lá de Alto Alegre do Parecis, lá da minha região da Zona da Mata, que faz presença aqui no auditório. Eu queria fazer menção em duas partes desta Audiência Pública, uma para discutir os problemas que os Engenheiros Florestais têm encontrado à frente da SEDAM, quando se diz em especial ao manejo, mas que também foi retratado aqui pela Engenheira a questão de limpeza de pastagem. É muito importante que se desburocratize a limpeza de pastagem, até porque, falando agora como pecuarista, a gente muitas vezes vai fazer a limpeza de uma pastagem, se demora muito, daqui a pouca não é mais uma limpeza de pastagem, aí é uma supressão, pode ser assim interpretada pela SEDAM. Então, não pode ter essa burocracia toda. Até porque, se tem um CAR, a gente pode fazer o quê? Limpeza de pastagem em uma área que de fato é produtiva para que a gente continue com essa área produtiva, apesar de estar ambientalmente incorreta a propriedade, a gente pode anexar na reserva com mata fechada de fato, e não deixando florestar o que é pastagem e o que é área produtiva.

Então, eu quero deixar aqui que a área de pastagem, a licença para a área de limpeza de pastagem não pode ser burocrática. Mas, como eu disse, senhor Secretário, eu queria separar aqui entre dois lados essa discussão. E a discussão também das pessoas, dos ocupantes em torno do PAF do Jequitibá, PAF Jequitibá e a área ali que é conhecida como Aldo Castanheira, nós temos várias realidades ali. E eu, agora falando sobre essa realidade dos produtores ali da Linha 45 da Vila de Samuel, estive junto com o Governador Confúcio Moura, *in loco*, junto com a ex-Secretária de Meio Ambiente Nanci, discutindo soluções para aquela área e a situação. E o CAR que foi instalado lá foi uma política proposta pelo Governo do Estado, fazendo com que cada Parlamentar aqui acreditasse no CAR, fazendo a divulgação do CAR. Eu fui um dos Parlamentares que divulguei o CAR nessa região do entorno do PAF Jequitibá, pedindo para que se regulamentasse essa área, para que pudesse prosperar. Fui até a SEDAM, Secretário, quero deixar aqui registrado, fui até a SEDAM e pedi para que a SEDAM desse o mesmo tratamento para as pessoas que estão em torno do PAF até que o PAF seja discutido, porque é uma questão judicial, e eu acredito que foi um equívoco do INCRA. O INCRA não poderia ter feito o que fez, por omissão

do Estado e por abuso do INCRA. Omissão do Estado porque a Constituição de 88 foi votada e aprovada pelo Congresso Nacional, às áreas devolutas que não são de interesse do Estado ou da União deveriam ter sido passadas para o Estado, ou seja, aquela área dali é do Estado de Rondônia. Aquela área é do Estado, não é da União para o INCRA chegar e fazer um PAF. Aquela área é do Estado, não é da União.

Baseado no artigo 20 da Constituição Federal, que diz que área devoluta, é o artigo 26 da Constituição Federal dizendo que as áreas devolutas que não tem interesse da União que são para proteger as fronteiras, são as aéreas para defesa das fronteiras, construções e reforço militar e vias federais, isso é de interesse da União. Então, áreas que estão com esse interesse continuam na União, áreas que não têm esse interesse passam-se para o Estado e o PAF Jequitibá não é área militar, não está às margens da BR-364 e não é área de fronteira, portanto, a partir de 1988, essa área passou a ser do Estado de Rondônia e o INCRA desrespeitou, foi lá e fez um PAF nem analisando as pessoas que ali se ocupavam.

Por isso, Secretário, eu estive na SEDAM e quero aqui deixar registrado que os problemas como esse dessas pessoas e de mais outras que estão aí com o mesmo problema no Estado de Rondônia serão equalizados a partir da criação do Instituto de Terras do Estado de Rondônia e eu peço a sua participação, porque a situação agrária não é da Agricultura, a situação agrária é do Meio Ambiente, assim diz a Constituição Federal.

Então, eu peço para que o senhor, enquanto Secretário, que a gente possa resolver o problema das terras do Estado de Rondônia, que a gente possa regulamentar e regularizar a questão fundiária no Estado de Rondônia, a partir desse ponto a gente começa a poder exigir mais das questões ambientais.

Como é que a gente vai exigir o dever, cobrar dever do cidadão sem respeitar os direitos dele! A gente tem que primeiro respeitar o direito do cidadão para depois exigir as demais situações.

Eu quero aqui, Secretário, dizer, Vossa Excelência, eu sempre fui muito franco, eu não quero jogar para plateia de forma alguma porque o Secretário está aí há 05 meses, está começando uma política estadista, assim eu tenho defendido a sua posição, Secretário, o senhor tem se preocupado em criar leis até para que as políticas do Estado, tanto hídrica quanto florestal, tudo o que diz respeito ao meio ambiente, seja, tenha uma regularização que a gente possa ter um preceito legal, como disse a nossa amiga, para que a gente possa ter segurança jurídica, essa é a palavra que eu queria dizer. Aí precisa de segurança jurídica e somente por lei a gente vai conseguir isso.

Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que, por exemplo, não tem nada a ver com a SEDAM, mas tem a ver com o Governo do Estado, que o IDARON, os técnicos do IDARON têm caminhado lá pela linha 45, pela linha 40, fazendo uma fiscalização nos produtores de leite, os técnicos do IDARON têm a capacidade de chegar numa propriedade de pessoas humildes, pessoas carentes, chegam lá perguntando se eles têm queijo para vender. E o produtor carente, querendo comercializar seu produto, vai lá e entrega o seu queijo, entrega uma barra de muçarela. Ele fala assim: "*Não tem mais, não*"? Aí o produtor vai lá, busca umas cinco, seis barras de muçarela.

Sabe o que é que o Técnico do IDARON faz? A fiscalização

do IDARON pega as barras de muçarela, evidentemente que esse produtor não tem o amparo da legislação que o IDARON determina, exige, e aí faz o quê? Humilha esse cidadão, pega o queijo dele e dá para o porco na frente dele. Isso eu estou retratando e tem uma pessoa aqui, que é o Paulo, que sofreu isso, e o Paulo, ele é uma realidade diferente porque o Paulo tem o "*Selo do Prove*", Deputado Luizinho, ele tem o "*Selo do Prove*" pela inspeção da Secretaria de Agricultura e ele tem, acima de tudo, implemento do Governo do Estado lá para ele poder gerar mais benefício à produção de leite na região. Isto tem acontecido.

Então, vejamos, se exige tanto de fiscalização assim, por que a gente não começa a dar mais importância para essas pessoas? Porque o problema aqui, Secretário, é que essas pessoas, a dificuldade de chegar a Porto Velho e não ser atendida é brincadeira, é isso que vem acontecendo com as pessoas, elas vêm de lá da Linha 45, numa dificuldade que foi retratada aqui quanto à questão das ruas, das estradas, e as estradas não precisam, quero deixar aqui bem claro, que se depender de licença para tirar cascalho, está tudo equivocado, porque o DER que é o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia não utiliza a cascalheira com licença, eles entram nas propriedades que têm cascalho e tiram fazendo um termo de compensação. Eu, por exemplo, sou proprietário de uma fazenda que tem o cascalho, o DER faz uma compensação na minha fazenda aprovada por lei nesta Casa sem nenhum tipo de legalidade, de questão ambiental, de autorização. Então, veja bem, Secretário, por que no caso deles lá a cascalheira tem que estar com o licenciamento? Eu acho que nesse caso pode ser feito, porque nós estamos tratando de uma área que, enfim, ela precisa de uma tratativa diferenciada, nós temos pessoas que não têm perfil extrativista e que estão dentro do PAF Jequitibá, e eu queria pedir aqui, quando se diz questão de manejo, que a gente possa analisar uma coisa. O Procurador disse que o CAR Manejo tem a finalidade de publicidade, de dar ciência não só as pessoas que estão adquirindo eventualmente uma área para saber se essa área já foi explorada ou não por manejo, mas que as pessoas que estão ali que possam ter acesso a uma área, por exemplo, eu sou dono da área e tem um posseiro, por acaso aquela área do posseiro esteja sendo, esteja fazendo manejo, eu como proprietário posso questionar porque eu estou tendo publicidade através do CAR Manejo, se tem o CAR Manejo para que exigir escritura pública. A gente sabe que num Estado que nem o nosso poucas propriedades têm escritura pública, a gente não vai conseguir fazer o manejo evoluir no Estado de Rondônia, não vai conseguir, eu sei, Secretário, que o senhor tem boa vontade, eu sei que esse é o caminho para que as coisas fiquem organizadas, mas num Estado onde a questão fundiária não está organizada, dificilmente a questão ambiental também vai ficar organizada. Então, nós precisamos o quê? Mudar, precisamos, mas a passos, conforme a realidade, nós não podemos avançar demais, não podemos enrijecer as questões ambientais ao ponto de tornar inviável tudo. E eu quero dizer aqui que o senhor começa bem trazendo toda essa situação que a SEDAM vai ser *online*, é um bom passo, discutiram aqui que a SEDAM não tem condições porque o software lá, a rede não sustenta. Eu quero dizer que se é um problema da rede, tem que ser corrigida a rede, mas o *online*

tem que ser aplicado porque é modernização, nós não podemos caminhar contra a modernização. Agora, nós não podemos modernizar ao ponto de a gente chegar a não conseguir deixar que as pessoas avancem, a modernidade é tanta ao ponto que a própria SEDAM não está preparada para tanta modernidade.

Isso que eu quero dizer.

Enfim, Secretário, eu tenho vários pontos de vista, mas eu friso aqui, para encerrar minhas palavras, que a gente consiga nesta Audiência Pública trazer uma deliberação e resolver os problemas, que a gente consiga aqui fazer um decreto, uma portaria e que essa portaria, automaticamente, após a publicação da lei, ela seja colocada no site para dar publicidade aos engenheiros. Isso é importante. Como é que o senhor mesmo defende a questão da legislação, eu não posso ficar com autonomia de criar uma portaria, de criar um decreto e amanhã ou depois, eu, como Secretário, definir a política ambiental do Estado. Tem que ter legislação, tem que ter legislação! Mas enquanto a legislação não for aplicada, que as suas portarias e os seus decretos sejam dada publicidade no site da SEDAM. Eu entrei no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná e eu vou lhe dizer, é um modelo que eu gostaria que a SEDAM de Rondônia copiasse. A SEMA do Paraná é um site muito didático, é muito fácil e eu gostaria que a SEDAM tivesse acesso, pudesse fazer algo parecido para que as pessoas, de cara, já conseguissem acessar e ir aonde querem. Assim ficaria muito melhor. E o senhor sabe que eu, enquanto Presidente da Comissão de Meio Ambiente, estou aqui para defender a Secretaria também. Eu como Comissão estou aqui para defender, para tentar melhorar, mas temos que entender que a Secretaria, a Comissão, a política só existe para organizar a sociedade. E nós só conseguimos organizar a sociedade sendo justos e é isso que eu venho aqui pedir para que a gente possa equalizar os problemas, principalmente aqueles da área do PAF Jequitibá e aqui respeitar os engenheiros. Eu tenho certeza absoluta que quando o senhor, com a sua sabedoria, conseguir condicionar os anseios dos engenheiros, as demandas dos produtores rurais, o senhor será um Secretário que irá marcar a história da SEDAM, como de fato estou sentindo que o senhor irá, pelo jeito que o senhor tem se comportado. Então, conte comigo como Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, como Parlamentar para defender a SEDAM, fazendo com que a SEDAM evolua, mas respeitando as pessoas, acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para que eu, que tenho outro compromisso agora, e como os nossos colegas, já foi debatido, colocado aqui e todas as perguntas que iríamos fazer já foram feitas e os nossos colegas Deputados já se pronunciaram, expressaram realmente o sentimento desta Casa, os sentimentos dos Deputados, eu queria aqui parabenizar os Deputados Alex Redano, Jean Oliveira e Deputado Lebrão por terem ouvido o sentimento dos engenheiros da AREF, o

sentimento dos nossos irmãos que estão aí, do Assentamento Jequitibá, dos madeireiros e convocado esta Audiência Pública.

Mas, também, Presidente Maurão, eu gostaria aqui de enaltecer a vinda aqui do Coronel Vilson com toda a sua equipe da SEDAM que esteve aqui, não fugiu ao debate, respondeu as perguntas, algumas não, com certeza deve estar enviando as respostas. E o que a gente espera de fato, Secretário, é que realmente as coisas aconteçam. Nós não podemos, como muito bem falou o nosso colega Deputado Jean e o nosso colega produtor, fazer uma Audiência para marcar outra, para marcar uma reunião, Zoca, para fazer outra e as coisas não avançarem.

Eu tenho ouvido aqui, e sentido, e tenho andado, Secretário, no Estado, a preocupação do setor madeireiro já com demissões é muito grande. Eu não percebo porque não sou da área, não sou do ramo, se é falta de informação ou se é dificuldade, mas o que nós vemos, Presidente Maurão, é uma preocupação muito grande. Então, acho que esta Audiência aqui traz, junto com os engenheiros florestais, com os madeireiros, abre-se essa discussão para que vocês possam sentar e realmente resolver isso. Ninguém está aqui para fazer ilegalidade, mas nós não podemos também ser rei nessa linha só e não abrir o diálogo e a conversa. Nós temos ouvido que no passado recente a gente ouve que a SEDAM fez isso, fez aquilo, que é operação disso, operação daquilo, e isso nos preocupa. Eu sei que Vossa Excelência, pela conduta que tem e o caráter, com certeza está trabalhando dentro da legalidade.

Mas eu digo que se fizeram isso no passado, quem fez tem que pagar, quem não pode pagar o preço são os madeireiros, é geração de emprego, são os funcionários, são os assentados. A política pública não pode ser do Secretário, a política pública é do Governo. Eu me preocupei quando o madeireiro falou aqui, Deputado Lebrão, que até a eleição, no final do ano, estava tudo maravilhoso, nada ia mudar. Como a nossa Presidente falou que a '*vaca não ia tossir e a vaca tossiu*', e agora mudou também aqui. Então, o que se espera é que a legalidade seja feita, mas com diálogo e com respeito.

Eu acho que é necessário, Secretário, Vossa Excelência que tem tido essa disponibilidade de estar conversando, Deputado Jean, sobre o Assentamento Jequitibá, promoveu gentilmente uma reunião com o INCRA, com a SEDAM, com o IBAMA, trazer a bancada federal, Deputado Jean, trazer ela aqui para a discussão, que a bancada federal tem que ter a responsabilidade dela, a Assembleia Legislativa da mesma forma, o Governo do Estado, porque são pessoas, são irmãos nossos que têm os seus sonhos, que largaram as suas vidas em várias localidades de Rondônia, como eu conheço pessoas do meu município, Alvorada do Oeste, de outros Estados e vieram com um sonho e agora tudo mudou. O projeto era um e no meio do caminho mudou, não pode mais. Então, eu acho que essa necessidade tem que ser, essa reunião tem que ser rápida, nós temos que resolver isso. E me vem a informação, eu não sei se isso é verídico, que no Rio Pardo também, me parece que foi suspenso o CAR, eu não sei se isso é verídico ou não, isso é uma preocupação grande, o distrito de Rio Pardo tem, Presidente Maurão, a migração de pessoas de todas as localidades de Rondônia, pessoas que venderam sua propriedade pequena, com um sonho maior de dar uma vida melhor para sua família, foram para o Rio Pardo e agora, estando suspenso o CAR, não vão poder fazer mais nada, vender

nada, investir. Então, a gente tem que ver isso. Tem que chamar a bancada federal para a discussão; tem que chamar o INCRA, o IBAMA, para nós sentarmos, Deputado Lebrão, para isso aqui não virar uma reunião para marcar outra, para isso aqui ter resultado. O povo quer resultado. Chega de reunião para reunião, tem que ter resultado!

Outra questão, senhor Secretário, Coronel Vilson, e é uma solicitação que eu já conversei com o senhor, achar um mecanismo para fazer a prorrogação do CAR. É importante porque isso vai mexer com a vida de todos os produtores do Estado de Rondônia e principalmente da economia do nosso Estado que vem a maioria do nosso setor produtivo e muitos não estão conseguindo, às vezes não têm instrução, às vezes não têm o conhecimento de estar fazendo o CAR. A prorrogação do prazo, Presidente Maurão, é importante que Vossa Excelência, como líder desta Casa, como Presidente, converse com o Secretário, converse com o Governo, com os técnicos para fazer a prorrogação do prazo do CAR. E do mais, como foi falado aqui, nós estamos à disposição. Esta Casa é uma Casa democrática, eu quero ressaltar aqui uma coisa que eu considero importante, Deputado Lebrão, que é o nosso Presidente desta Casa, o Presidente Maurão, que tem aberto esta Casa à sociedade, que tem aberto para discutir, tem dado voz às pessoas, como vocês tiveram aqui hoje, que antigamente a gente não percebia isso, não havia isso, e tem trazido os temas, os debates fundamentais do Estado de Rondônia aqui para dentro e tem buscado soluções. Parabéns, Presidente, pela sua postura diante desta Casa, fazendo o que todo Deputado espera que é trazer o respeito da Assembleia Legislativa diante da população de Rondônia, porque esta Casa, como se diz no seu *slogan* “*verdadeiramente é a Casa do povo*” e é isso que nós esperamos que ela continue sendo e Vossa Excelência tem demonstrado isso, que esta Casa está aí, os nossos amigos aí dos assentamentos aqui na Casa do povo.

Então, Secretário, nós estamos aqui à disposição para ajudar, para colaborar em tudo aquilo que é legal, mas que é bom para o povo do nosso Estado também. Nós não podemos massacrar esse povo, nós não podemos tirar o sonho e a esperança deles, nós temos e nós devemos e temos por obrigação de achar um rumo, achar um mecanismo para dar legalidade e para que eles possam continuar suas vidas. Eu espero, com certeza, Vossa Excelência que hoje está demonstrando isso, eu espero que nós iremos encontrar isso.

E é isso que eu espero. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda com a palavra Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Já é uma boa noite a todos. Cumprimentar nosso Presidente Maurão, cumprimentar todos os Deputados Estaduais, cumprimentar e parabenizar a AREF, pelo empenho, a dedicação, a união da categoria, cumprimentar nosso Secretário Vilson e todo corpo técnico, e agradecer, Vilson, a forma como que você tem feito esse diálogo com a Assembleia, várias audiências e trazendo todo corpo técnico para poder esclarecer as questões.

A maioria das perguntas já foi feita, Coronel, mas quero colocar algumas questões pontuais. Primeira questão, o Poder Público quando incentiva uma ocupação, ele é responsável por

aquela localidade e o que sentimos é a ausência do Poder Público no Jequitibá, já que incentivou, colocou lá, é responsabilidade nossa, gestores políticos, de darmos continuidade ao projeto, porque é muito fácil, já está ocupada a área, às vezes já está degradada. Então, o que tem que fazer é regularizar, não existe outra alternativa, temos outras áreas em Rondônia que se encontram na mesma situação, é o caso de Minas Novas, tem gado, a população está lá. Então, tem que regularizar e dar assistência. E parabenizo o Deputado Laerte, eu até tinha comentado com o Coronel, nesta audiência nós deveríamos ter chamado o INCRA, o IBAMA, a Prefeitura de Candeias também, os Vereadores, que todos nós somos responsáveis. E o Coronel Vilson, eu o parabenizo, você tem boa intenção, está a cinco meses nesse cargo, sabemos o quão difícil é, mas nós temos que copiar os Estados que estão dando certo.

E eu tenho entendimento que a posse, quando você tem a posse, você é o possessor, você tem a posse, você é dono dos recursos naturais, e por que não fazer o manejo daquilo que você tem a posse? Os Estado do Amazonas e Pará já fazem isso, fazem o manejo sem o título, fazem o manejo com a posse, e está no novo Código Florestal, eu não sei a legalidade, mas se tem no Amazonas, tem no Pará, isso ajuda muito a economia do nosso Estado. Hoje as florestas, a madeira está ficando distante, daqui a alguns anos o ramo madeireiro, os empresários e extrativistas poderão até migrar para outros Estados, nós temos que criar alternativas, como bem falou o ex-Deputado Dedé de Melo, a questão do cerrado, porque essa economia, ela gera dinheiro em todo o Estado. Rondônia, nós não temos indústrias, nós temos a pecuária, está entrando soja, e o ramo madeireiro gera muito emprego e muita renda.

Nós, gestores políticos, nós temos que estender o tapete vermelho e agradece por essas pessoas estarem se dedicando, trabalhando em movimento da nossa economia, não o contrário, dificultar, nós somos pagos, e muito bem pagos, para facilitar a vida das pessoas, e essa futura reunião com o IBAMA para trazer aqui responsabilidade, Eunice, dos nossos representantes federais também, que muitas vezes em campanha estão aqui, faltam sessão em Brasília, e agora quando o povo precisa, estão ausentes. Então, trazer também os nossos representantes federais.

Perguntar para o Secretário, eu sou leigo nessa questão ambiental, mas nós sentimos na própria economia, quantos planos de manejo florestais foram liberados em 2015? E se está tendo uma revisão dos planos que já estão homologados, nós sabemos, Vilson, que infelizmente, isso em todas as áreas tem as pessoas boas e as pessoas ruins, tem pessoas que fazem errado, mas se vai fazer uma revisão, tem que ter uma estrutura para fazer uma revisão rápida, porque os bons, a pessoa honesta, correta, não pode ser prejudicada pelos ruins, e isso traz um transtorno que reflete em toda economia. O sistema *online*, nós já cobramos na reunião passada, fico agradecido que eu vejo que está tendo o andamento e precisa.

Nós já aprovamos aqui, mas precisa contratação urgente de mais funcionários, porque não adianta nós cobrarmos, cobrarmos a questão *online*, a fiscalização, a eficiência, se você não tem um corpo técnico, se você não tem funcionários para poder fazer andar a SEDAM. Então, nós temos essa consciência e nós temos que cobrar essa situação também, e

eu tenho uma pergunta da AREF. Quem iria arcar com os prejuízos referentes aos planos de manejo florestais aprovados em 2014 e que não foram homologados por causa da averbação de termos de manejo, e se esses planos já foram vendidos e já movimentou o setor industrial? Está aqui uma pergunta da AREF. No mais, senhor Secretário, agradecer mais uma vez a sua pessoa que sempre nos tratou muito bem, sempre com muita transparência, agradecer o corpo técnico da SEDAM que sempre nos orienta, mas precisamos avançar. Essa não pode ser mais uma reunião somente uma audiência. Nós precisamos realmente, Salles, de resoluções. Quem está sendo prejudicado é a ponta da corda, é a população que está lá vivenciando, que não tem estrada, não tem dinheiro, não tem emprego. Então, nós, entes públicos, temos essa obrigação de dar esse suporte. E mais uma vez a AREF, a todos os membros da AREF, parabéns pela união, pela dedicação de todos vocês, e faço minhas as palavras do Deputado Laerte ao Presidente Maurão. O Presidente Maurão, não somente para essa categoria, mas para todas as categorias tem aberto esta Assembleia, realmente é a Casa do Povo, e dando possibilidade para nós, Deputados, realmente representarmos a nossa região. Obrigado, Deputado Maurão. Parabéns pela condução desta Casa. Parabéns, Deputado Lebrão, foi uma honra assinar junto esta Audiência Pública, junto com o grande Deputado Lebrão, Deputado Jean de Oliveira, que aqui a gente tem que ser justo, por várias vezes eu acompanhei ligações, reuniões, ele defendendo o Projeto Jequitibá, fazer justiça ao nosso amigo Deputado Laerte que também compõe esta Audiência Pública.

O meu muito obrigado a todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – A Wanda queria fazer mais uma colocaçãozinha, nós vamos permitir, para que a gente possa já dar encaminhamento à finalização desta audiência.

A SRA. WANDA BART – Bom, em primeiro lugar, quero agradecer a presença dos Deputados aqui e em especial o Presidente, o Deputado Maurão, que abriu a Casa para nós expormos as nossas questões. Agradecer todo o público aqui presente. E quero agradecer também a presença do Secretário Vilson de Salles e aproveitar o momento para oferecer uma proposta de política florestal para o Estado de Rondônia e pedimos também que a Câmara Técnica da SEDAM seja reativada para que, em conjunto, a AREF e SEDAM, possam discutir essa proposta com data definida para a criação da política florestal do Estado e contamos com a ajuda dos Excelentíssimos senhores Deputados para essa criação.

Obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – O Deputado Maurão gostaria de fazer algumas colocações.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Quero cumprimentar o Deputado Lebrão, Presidente desta Comissão, desta Audiência, em seu nome cumprimentar o Deputado Alex Redano, que ainda está também neste momento nesta Audiência Pública, Deputado Jean, Deputado Laerte, que acabaram de sair daqui. E cumprimentar a AREF, cumprimentar aqui a Presidente, a Eunice, cumprimentar todos os engenheiros que estão nesta Audiência e dizer que nós pedimos e conversamos com os Deputados para fazer esta audiência justamente a pedido da

Associação, da AREF e dos engenheiros que estiveram com a gente. Aqui nós temos audiências quinta-feira às vezes de manhã e à tarde, então a gente tem ouvido todas as categorias que têm pedido, a gente tem aberto o espaço para que a gente possa debater, discutir todas as situações que se encontram. Cumprimentar aqui o Secretário, Dr. Vilson, Coronel, e agradecer pela sua presença e de toda a sua equipe.

Cumprimentar os madeireiros, que não foram muitos que estiveram, eu não pude ver bastante madeireiros, mas vários aqui representando os madeireiros, mas os engenheiros que estão aqui, com certeza, são as pessoas que estão trabalhando nos projetos e que estão enfrentando as dificuldades na tramitação dos projetos. Portanto, vocês representam também todos os madeireiros.

Nós, ouvindo as dificuldades Secretário, foi que entendemos que devíamos ter esta audiência e aqui os Deputados se colocaram à disposição, o Deputado Lebrão, que também é madeireiro, está um pouco desativado agora, mas sempre trabalhou como madeireiro e que conhece o trabalho e conhece e sabe o que é ser um madeireiro. O Deputado Alex que conhece bastante, o Deputado Laerte e o Deputado Jean, que é o Presidente da Comissão do Meio Ambiente. Na verdade, Secretário, eu venho acompanhando bastante, eu nunca fui madeireiro, mas sempre estou aqui no meu quinto mandato e eu sei as dificuldades que os madeireiros enfrentam nos planos de manejos e sei os engenheiros que estão trabalhando as dificuldades que eles têm na tramitação dos projetos, mas ultimamente as dificuldades têm aumentado, tem aumentado muito. Eu sei que Vossa Excelência está trabalhando para modernizar, para evitar algumas coisas que podem acontecer de errado, mas as pessoas não estão entendendo. Nós estivemos em algumas reuniões e eu já falei para o senhor há alguns dias que agora nós estamos saindo do período chuvoso, daqui uns dias vai diminuir a chuva, aí as cobranças vão aumentar. Se não tiver os manejos, se não tiver os projetos liberados, os projetos que estavam liberados não estiverem liberados, o quê que vai acontecer? A pressão vai aumentar e o Estado vai parar. Se hoje as madeiras, os projetos estão sendo liberados, nós vamos ter emprego, vamos deixar de ter o desemprego e nós vamos ter receita também. Então, tudo isso é preciso que a sua equipe acelere. Eu sei que tem a parte de tramitação, eu sei que há muitas denúncias, às vezes pessoas que trabalham contra, eu venho acompanhando isso há alguns anos, mas eu sei que é preciso, Secretário, que sua equipe realmente venha se esforçar mais e mais e que se for preciso contrate mais pessoas para que o nosso Estado não fique travado. Para que o nosso Estado não venha enfrentando as dificuldades que está enfrentando. Eu, na verdade, eu tenho evitado às vezes como Parlamentar, muitas vezes a gente acompanha o madeireiro ou o engenheiro, ou um empresário que precisa de uma certidão, e eu fui algumas vezes na SEDAM, eu tenho evitado porque eu tenho visto a dificuldade que tem na tramitação dos projetos e de todas as certidões que tem que tramitar na SEDAM. Eu entendo que o senhor está fazendo um trabalho para modernizar, para evitar coisas erradas, mas é como o Deputado Laerte falou, até que seja regularizado, muitas coisas têm que tramitar como vinham tramitando para que não venha parar o setor, não venha travar, como está acontecendo. E até agora as pessoas ainda não entenderam,

porque o período ainda é de chuva. Falando também um pouco das pessoas que hoje estão aqui, a maioria que é aqui do Jequitibá, há alguns anos que eles já vêm sofrendo nesta região. E agora as coisas pioraram, agora está pior e nós precisamos resolver a situação deles, como de Minas Novas, do Rio Pardo.

Rio Pardo, nós passamos aí 05, 06 anos com muita dificuldade, aquelas pessoas estavam perdendo a esperança e nós, os Deputados, o Governo, na época, bancada federal, Senado, toda a classe política se esforçou para que resolvesse a situação do Rio Pardo, e resolveu. Agora, vai e suspende o CAR, já começam vir as pessoas nos cobrar e nós não podemos deixar de liberar o CAR do pessoal do Rio Pardo. Da mesma forma é aqui do Projeto Jequitibá, é um projeto que as famílias já moram e que já estão lá, não tem como mudar, eles já são de fato donos dessa propriedade, e nós temos é que regularizar.

Minas Novas da mesma forma. Minas Novas, hoje, não adianta dizer que é uma reserva, porque não é mais uma reserva, são 20 anos que as famílias moram lá, o patrimônio, a vida deles está lá em Minas Novas, nós temos que regularizar as famílias que estão nestas localidades e esta Casa é responsável de cobrar e aprovar esse projeto.

Agora, é preciso que Vossa Excelência, o Governo do Estado agilize o projeto do zoneamento e mande para esta Casa o quanto antes para que esta Casa possa aprovar. Aí nós vamos resolver, aí nós vamos dar legalidade e nós temos cobrado do Governo do Estado, temos cobrado da SEDAM, eu sei que vocês estão trabalhando, mas está muito lento, muito lento, esse projeto já era para estar aqui desde o ano passado, era para estar aqui e nós precisamos desse projeto e aqui, nós vamos fazer as alterações que esta Casa de direito pode fazer, ela é a Casa, é o Poder que pode fazer todas as alterações.

Durante os mandatos que estou nesta Casa, já fizemos a 2ª, estamos indo para 3ª alteração da Lei do Zoneamento.

Ontem, nós até recebemos aqui o Dr. Vitachi, que fez um livro contando a história na região de Bandeirantes, aqueles pessoas de Bandeirantes ali sofreram bastante, achavam que iam perder tudo, foram humilhados pela Polícia, tomadas as ferramentas, sua alimentação, por várias vezes e eles se socorriam aqui nesta Casa. Nós fizemos Audiência Pública como esta aqui lá em Bandeirantes, com 3, 4 mil pessoas, convidamos o Ministério Público, hoje as pessoas estão morando em cima do que é deles de direito. Com a Lei que nós aprovamos nesta Casa, que é a Lei do Zoneamento, fazendo alteração no limite. E assim nós queremos fazer para essas pessoas aqui.

Agora, é preciso que esse projeto da Lei do Zoneamento venha para cá para que a gente possa discutir e fazermos a Lei e que dê direito legal para que cada um deles possa ter de fato e de direito a sua propriedade, que hoje já são deles, que eles estão lá, eles vivem, nós não temos como tirá-los; como se nós tivéssemos tirado o pessoal de Minas Novas, na época, de Rio Pardo, tinha 2 mil e 500 famílias lá em Rio Pardo e aí com Ação Judicial, eu me lembro ainda que o Dr. Flávio, o Juiz

Federal estava com ação para despejo com a Polícia, com o Exército, com mais de 500 soldados para despejar aquelas famílias lá de dentro, mas ele via esta Casa aqui discutindo, preocupado com aquelas famílias e ele falava: *Isso aí é uma ação política e que está sendo tomada*. E esta Casa tomou, fez essa ação política. E ele seguiu a Ação Judicial, entendendo que ia causar uma situação muito dramática socialmente para aquelas famílias, que aquelas famílias que estavam trabalhando há 20 anos, morando em Rio Pardo e que tudo que eles tinham estava lá e o Juiz Federal, Dr. Flávio, entendeu que esta Casa estava fazendo o papel dela e ele teve a compreensão, a lealdade de segurar uma decisão judiciária e nós aprovamos e negociamos politicamente e aprovamos a Lei e hoje eles estão lá morando em cima da sua propriedade.

Então, Secretário, eu sei que às vezes o medo de cometer erro, o crime muitas vezes pisa no freio e deixa de acelerá-lo. Mas nós que estamos no cargo público, se nós tivermos muito medo, nós não devemos assumir em nenhum momento um cargo público, porque a gente pode errar a qualquer momento. Então, é preciso, eu sei da sua boa intenção, mas que realmente nós podemos acelerar, dar condições para que essas famílias tenham o direito de morar nas suas propriedades e poder explorar e poder viver dignamente. Então, esta Casa está à disposição e eu quero aqui reafirmar mais um pedido também, que prorrogue o CAR que está vencendo agora dia 6, está sendo bastante divulgado, mas em cima da hora, eu mesmo tenho que fazer o CAR, hoje à noite que eu vou tirar um tempo para ver o documento da minha propriedade para fazer o CAR, mas eu sei que não vai dar tempo, eu sei que é demorado e são tantos CAR que estão tramitando lá na SEDAM, na Secretaria de Agricultura, que não vai dar tempo. E se não fizer o CAR, quem tem uma propriedade não vai poder tirar o GTA do gado, vai ser bloqueado, então daqui a pouco vão travar tudo. Então, é preciso que prorrogue, divulgue e continue divulgando como está sendo divulgado para que as pessoas possam tirar o seu CAR e legalizar a sua propriedade. Então, quero aqui reafirmar e pedir também como Deputado Laerte Gomes pediu a prorrogação, eu quero pedir a Vossa Excelência que também acate o nosso pedido e que vai ser bom para o Estado de Rondônia.

Era isso, agradecer a presença de todos e dizer que esta Casa está à disposição, hoje é uma Audiência para atender aos nossos produtores, aos nossos madeireiros, aos nossos engenheiros que têm as dificuldades e que gostariam de ser ouvidos. Portanto, esta Casa está dando a oportunidade para que ele possa ouvir e possa apresentar a proposta, eu sei que Vossa Excelência vai analisar a proposta deles e muitos dados e informações, talvez essa proposta possa ser acatada para melhorar a condição da Secretaria, das pessoas que dependem da Secretaria do Meio Ambiente. Muito obrigado. A Casa está à disposição assim que vocês precisarem e se for preciso fazer

outras Audiências, como foi dito, eu não acompanhei, mas acompanhei a fala do Deputado, que não seja só em audiência, mas eu tenho certeza que é muito difícil uma das audiências nossas que não venha ter proveito. Eu tenho certeza que esta Audiência alguma coisa vai ser de melhor para cada um de vocês que estão aqui buscando melhoria e condições de trabalho. É isso.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Antes de finalizar, eu quero dizer que terá um coquetel que será servido no Salão ao lado.

E agradecer a presença de cada um de vocês que participaram desta Audiência Pública, todos os engenheiros aqui representando a AREF, da mesma forma todo o corpo técnico aqui da SEDAM. Agradecer em especial ao Coronel Vilson que nos atendeu e que participou e que respondeu aqui todas as perguntas. Tenho certeza que isso ajudou a enriquecer muito mais ainda os seus conhecimentos e que possa dar um horizonte para que Vossa Excelência possa fazer aí um grande trabalho. E fazer com que o nosso Governo do Estado continue buscando tecnologia de ponta em todas as áreas, assim como fez na Saúde, na Educação, que está fazendo no IDARON e agora também na SEDAM e demais Secretarias. Aí o senhor teve a oportunidade de acompanhar, que aqui existiu foi apenas um resumo, ouviu tudo aquilo que poderia ser dito, o que nós queremos aí é a prorrogação da LO. Fazer uma verificação maior aí no calendário, descentralização que precisa ser feita com urgência, colocando aí os municípios em condições de apressar os licenciamentos que nós precisamos também, e o CAR nós temos cento e dezoito mil propriedades com apenas 53 mil hoje cadastradas. Lamentavelmente, o nosso Estado foi administrado no passado por políticos incompetentes que venderam este Estado em troca de criação de reservas de assentamentos mal feitos. Eu sou contra, a minha posição é contra o extrativismo em assentamento, isso nunca deu certo, não acredito que dará certo em Jequitibá, teria que ser um assentamento que realmente dê dignidade às pessoas que escolheram aquela região ali para viver e constituir as suas famílias. E, Deputado Maurão, além de parabenizar os proponentes, como o Deputado Alex Redano, Deputado Laerte, Deputado Jean Oliveira, Deputado Luizinho Goebel, que falou e falou muito bem. Parabenizar Vossa Excelência pela maneira que vem conduzindo esta Casa e abrindo espaço para que os Deputados possam realmente usar a prerrogativa aí a eles concedida, sendo o representante da população do Estado de Rondônia.

Eu entendo também que agora, enviando para cá a terceira aproximação sócioeconômica e ecológica, nós teremos um grande trabalho para fazer as alterações que terão que ser feitas em todo o Estado de Rondônia para realmente colocar este Estado como referência em nível de Brasil. Tendo o crescimento que já vem tendo com todas as dificuldades, graças ao povo aguerrido que veio aqui para o Estado de Rondônia

para realmente fazer essa grande diferença, e é isso que está acontecendo com todos os problemas e todas as dificuldades que nós estamos tendo. Mas é isso que nós queremos que aconteça. E dizer, Coronel, que estamos aqui à disposição, lembrar também, como foi dito aqui, eu sou do setor madeireiro, não me encontro hoje mais trabalhando nessa área, mas a minha família ainda continua. Mas nós temos uma história nesse setor, com reconhecimento de uma luta em nível internacional, defendendo principalmente o setor produtivo do Estado de Rondônia e nós tivemos um avanço muito grande no Governo Confúcio Moura. Para que o senhor tenha uma idéia, o metro de projeto de manejo do final do mandato do Governo passado custava cento e vinte e cinco reais, hoje compra-se o metro do projeto de manejo a quarenta e cinco e cinquenta, a diferença é muito grande. A pauta da nossa madeira continua sendo a mesma de 4 anos atrás. Então, nós tivemos um avanço muito grande. A liberação de um projeto de manejo no Governo passado demorava-se até um ano e meio, dois anos para se liberar. No final do trabalho da Nanci se liberou projeto de manejo com quarenta e cinco, cinquenta dias. Então, o que nós queremos é velocidade no trabalho da SEDAM e tecnologia de ponta dentro da SEDAM. É isso que o setor produtivo quer, é isso que o setor do agronegócio do Estado de Rondônia quer da SEDAM, e o senhor terá desta Casa total aval dos 24 Deputados que estão aqui para somar, estão aqui para fazer a diferença, por isso a realização desta Audiência Pública para que a gente possa levar daqui um avanço muito grande dos conhecimentos que tivemos através dos pronunciamentos daqueles que fizeram uso da palavra aqui para que a gente possa caminhar da maneira que nós queremos que caminhe daqui para a frente.

Então, fica aqui o meu registro de agradecimento a todos aqueles que participaram; a V. Ex^a e toda equipe técnica da SEDAM, o registro e agradecimento ao nosso Cerimonial, nossa equipe aqui da Assembleia Legislativa, imprensa que fez o seu documentário neste momento e que divulgue, e aqueles que quiserem cópia do áudio e do vídeo e da taquigrafia desta audiência está à disposição de cada um de vocês, e nós temos certeza que Deus estará nos abençoando e amparando através das nossas decisões para que a gente possa melhorar de uma vez por todas a qualidade de vida da população do Estado de Rondônia. Que Deus abençoe a todos nós.

Muito obrigado.

E invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. E convido mais uma vez a todos para um coquetel aqui no salão ao lado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas).

**ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 06 de maio de 2015)

Presidência do Sr.
ADELINO FOLLADOR - Deputado

Secretariado pelo Sr.
LAERTE GOMES - Deputado

(Às 09 horas e 10 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT) e Rosângela Donadon (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Edson Martins (PMDB), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 20ª Sessão ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito o Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo objeção, foi aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 060/2015 – Poder Executivo, comunicando a indicação do nobre Deputado Luizinho Goebel para ser o Líder do Governo perante o Poder Legislativo do Estado na atual legislatura e do nobre Deputado Cleiton Roque para ser o Vice-Líder do Governo.

02 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando ausência nas sessões dos dias 14 e 15 de abril de 2015.

03 – Requerimento, do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência nas sessões dos dias 01 e 29 de abril de 2015.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Ficam obrigados os supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares a divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica, no âmbito do Estado de Rondônia, de seus direitos na forma que menciona.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Requer Audiência Pública para o dia 11 de maio de 2015, às 15:00h, para discutir e analisar a regularização fundiária urbana na localidade do Planalto II, nesta capital.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que faça a leitura do requerimento a ser apreciado.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, Requer Audiência Pública para o dia 11 de maio de 2015, às 15:00h, para discutir e analisar a regularização fundiária urbana na localidade do Planalto II, nesta capital.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Jesuíno. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Esgotadas as matérias, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invoco a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, comunico realização de Audiência Pública, de autoria do Deputado Ribamar Araújo, no dia 07 de maio, às 09:00 horas, para debater sobre o Nivelamento Conceitual da Economia Solidária, e convoco Sessão Ordinária para o dia 12 de maio, no horário regimental, às 15:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 09 horas e 25 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 43/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 06 a 08/05/2015 ao servidor WALDIR APARECIDO COSTA, matrícula nº 200161088,

ATO Nº 41/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/05/2015 aos servidores relacionados para deslocarem – se a Cacoal, Rolim de Moura e Monte Negro - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5192/2015-28.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200160379	Irma Fogaca Barbosa	Chefe Gab. Presidência	Gab. da Presidência
200161011	Olivio Gilberto Persch	Assessor Parlamentar	Gab da Presidência

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 42/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 05 a 08/05/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Cacoal e Monte Negro - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5194/2015-30.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200161010	Marisvaldo Jose da Silva	Assessor Técnico	Dpto. Comun. Social
200161748	Eranildo Costa Luna	Assessor Técnico	Dpto. Comun. Social

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

cargo de Diretor do Departamento de Comunicação Social, para deslocar - se a Cacoal e Monte Negro - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5194/2015-30.

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 44/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/05/2015 ao servidor ALBERTO ANDRADE DO NASCIMENTO, matrícula nº 200161013, cargo de Assessor Técnico, lotado na Polícia Legislativa, para deslocar - se a Rolim de Moura e Monte Negro - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5194/2015-30.

Porto Velho - RO, 06 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral